

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SANTIAGO, José Pedro Coelho . José Pedro Coelho Santiago (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 37min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO (EESP/FGV) e FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**José Pedro Coelho Santiago
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Ana Carolina Bichoffe; Mário Grynszpan;

Técnico de gravação: Ítalo Rocha Viana;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 30/08/2012

Duração: 2h 37min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Trajetória e pensamento das elites do agronegócio”, desenvolvido entre setembro de 2011 e dezembro de 2012, com financiamento da presidência da Fundação Getúlio Vargas. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e, eventualmente, servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Agricultura; Agroindústria; Agronomia; Atividade profissional; Ato Institucional, 5 (1968); Casamento; Comércio; Cooperação internacional; Ditadura; Ecologia; Ensino primário; Ensino secundário; Ensino superior; Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós; Família; Formação escolar; História; Jornalismo; Liberdade de expressão; Matemática; Mercado; Militância política; Ministério da Agricultura; Música; Pecuária; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Psicanálise; Repressão política; São Paulo; Universidade de São Paulo; Zoologia;

Sumário

Entrevista: 30.08.2012

Origens familiares; as viagens com o pai nas férias escolares; a carreira do pai no Instituto de Zootecnia, de Secretaria da Agricultura, em São Paulo; comentários sobre a saúde dos pais; a chegada da mãe em São Paulo; comentários sobre o pai ser referência nos estudos do gado Zebu; a família paterna; as viagens do pai aos centros criadores de gado no mundo; o interesse por História; a formação do pai em agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo; a família materna; a participação da mãe no programa de calouros do apresentador Ary Barroso, na Rádio Cruzeiro do Sul do Rio de Janeiro; o interesse da mãe por música; o nascimento do entrevistado; a importância do bairro do Sumaré, em São Paulo, na formação do entrevistado; o trabalho do pai no bairro da Água Branca, em São Paulo; comentários sobre a formação escolar do entrevistado; os anos de colégio Rio Branco; o cursinho preparatório para o vestibular; o interesse por psicanálise, sobretudo pelo psicanalista Erich Fromm; a decisão pelo curso de agronomia; o ingresso na ESALQ/USP, em Piracicaba, em 1969; o início do trabalho como professor particular de matemática; comentários sobre os professores marcantes na faculdade; as amizades feitas na faculdade; a militância política na faculdade; a política na família; o interesse pela leitura na infância; a ida ao Teatro de Arena para ver a peça O Filho do Cão; o posicionamento político do entrevistado a partir de leituras; o Ato Institucional número 5 (AI-5) e a oposição à Ditadura militar; as discussões políticas na faculdade e a participação no Centro Acadêmico Luiz de Queiroz; comentários sobre o transporte de panfletos contrários à Ditadura, de Piracicaba a São Paulo, em uma época de muita repressão; a ida, ainda na faculdade, para a área de comercialização agrícola; o primeiro trabalho na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp); a publicação de um artigo no Jornal do Engenheiro Agrônomo em parceria com Cláudio Braga Ribeiro Ferreira; o convite de Cláudio Ferreira para o cargo de assessor do diretor técnico da Ceagesp; o ingresso na Associação de Engenheiros Agrônomos; comentários sobre a formação da chapa para concorrer à direção da Associação de Engenheiros Agrônomos; a vitória da chapa do entrevistado; a convergência política dos integrantes da Associação de Engenheiros Agrônomos; a virada da Associação de Engenheiros Agrônomos

para a agricultura alternativa, como forma de se expressar; a organização do Primeiro Congresso Paulista de Agronomia; a palestra de abertura do congresso proferida pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger; comentários sobre a repercussão do prêmio de agrônomo do ano dado a José Lutzenberger pela Associação de Engenheiros Agrônomos de São Paulo; a formação do Grupo de Agricultura Alternativa dentro da Associação de Engenheiros Agrônomos, atual Associação de Agricultura Orgânica; a eleição do entrevistado para compor a direção da Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB); comentários sobre a divulgação da agricultura orgânica no Brasil; o aprendizado sobre a agricultura orgânica; a importância da agrônoma Ana Maria Primavesi para a agricultura orgânica no Brasil; a importância do agrônomo Yoshio Tsuzuki; a Associação de Agricultura Orgânica, criada em 1989, que sucedeu o Grupo de Agricultura Alternativa; a criação da feira de agricultura orgânica no Parque da Água Branca, em São Paulo; comentários sobre a produção de orgânicos por parte de pequenos produtores; o início da agricultura orgânica por parte dos grandes produtores; a importância do engenheiro agrônomo Alexandre Harkaly e a criação do Instituto de Biodinâmica (IBD); comentários sobre a importância de Roberto Rodrigues no Ministério da Agricultura; a lei de orgânicos; a atuação do entrevistado como presidente da câmara setorial de agricultura orgânica no Ministério da Agricultura, de 2004 a 2009; comentários sobre o espaço conquistado pela agricultura orgânica; as dificuldades da agricultura orgânica em aceitar os transgênicos; as viagens do entrevistado para ver e conversar sobre agricultura orgânica no Brasil e em outros países; comentários sobre as certificações de produtos orgânicos; as certificações do IBD em outros países, como China, Índia e Tailândia; comentários sobre o preço dos produtos orgânicos; comentários sobre a pouca pesquisa em agricultura orgânica; comentários sobre o pequeno mercado de orgânicos e o desconhecimento do consumidor sobre a produção de orgânicos; as dificuldades da agricultura orgânica no Brasil; comentários sobre espaço físico necessário à agricultura orgânica, em resposta a crítica à produção de orgânicos; comentários sobre o fato da agricultura orgânica não ser só um modo de produção, mas também um estilo de vida; a importância de uma vida mais ecológica; comentários sobre a contradição dentro da agricultura orgânica; as certificações e o acompanhamento aos produtores certificados; comentários sobre o que é necessário para se obter a certificação; a importância de dar segurança a operação de certificação; a

importância da questão social para a certificação; comentários sobre a certificação de origem; o primeiro casamento do entrevistado, em 1973; comentários sobre os filhos e suas áreas de atuação; comentários sobre a atividade jornalística; o trabalho na revista Guia Rural Abril, da Editora Abril; o interesse pela escrita; o trabalho na TV Cultura, no programa São Paulo Rural; a defesa das pautas sobre ecologia e agricultura orgânica; comentários sobre a incursão de grandes produtores na agricultura orgânica; comentários sobre o futuro da agricultura orgânica.

Entrevista: 30/08/2012

Mário Grynszpan – Eu queria, por favor, doutor Santiago, que o senhor falasse um pouquinho das suas origens. Seus pais, quem eles eram, o que faziam...?

José Pedro Coelho Santiago – Meu pai, que, aliás, faz aniversário hoje...

M. G. – Ah é?

J. S. – 96 anos.

M. G. – É vivo ainda?

J. S. – Vivo e muito vivo.

M. G. – Muito vivo?

J. S. – Dirige o próprio carro...

M. G. – É mesmo?

J. S. – Renovou a carteira de motorista dele faz alguns meses, e ele é agrônomo.

M. G. – Como ele se chama?

J. S. – Alberto Alves Santiago¹. Aliás, contemporâneo e amigo do pai do Roberto Rodrigues. Então meu pai, veio também de uma família de fazendeiros de café. Aliás, a origem da família é um padre.

¹ Alberto Alves Santiago (1916-) é zootecnista, engenheiro agrônomo, professor, pesquisador e considerado referência no Brasil no estudo da bovinocultura. Graduiu-se em engenharia agrônoma pela Esalq (1934-1938). Em 1939 ingressa, por indicação, no Departamento da Produção Animal de São Paulo, e especialização em Genética e Melhoramento. No ano seguinte é contratado como Agrônomo-Zootecnista para a Seção de Produção Animal. Em 1943 foi designado para integrar a Comissão de Registro Genealógico da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, a cargo da Sociedade Rural Brasileira. Foi diretor técnico do registro genealógico, junto a Sociedade Rural Brasileira (1947 – 1951). Em 1952 foi nomeado chefe da seção Genética Animal e Reprodução, da Divisão de Zootecnia e Nutrição Animal. Foi ainda diretor geral do Departamento da Produção Animal, atual Instituto de Zootecnia (1969 – 1975). Foi também

M. G. – Ah é?

J. S. – É um padre. Um Junqueira. Tinham cinco Junqueiras, e um deles era padre. E o padre teve vários filhos [risos], mas não podia pôr o nome de Junqueira, porque ele era padre, então pôs o nome de Oliveira. Diz a lenda que ele pôs Oliveira porque, logo depois que ele teve os filhos, foi se confessar com o bispo, e fez um pacto com o bispo, o bispo o perdoou, e ele pôs Oliveira - porque o ramo de oliveira é o símbolo da paz, que a pombinha, conta a bíblia, que veio lá com o ramo de oliveira depois do dilúvio. Quando era criança, meu pai me levava nas viagens dele, nas minhas férias, claro. Férias de garoto, escolar, é julho... No meu tempo era dezembro, janeiro e fevereiro, quatro meses de férias. Um escândalo, eu acho, mas gostoso. E me levava nessas viagens, e eu ia tomando contato com fazenda, com animais, com agricultura, com plantação. Sempre perguntava muito, e ele contando, e tal. Então, isso, eu acho, que influenciou bastante depois na minha escolha profissional.

M. G. – Mas seu pai tinha fazenda, então?

J. S. – Não, ele não. E também nunca quis. Ele teve oportunidade de ter fazenda uma vez e não quis. Ele era um pesquisador científico. Ele começou a carreira com vinte e poucos anos no Instituto de Zootecnia, que, aliás, tinha outro nome antes: Departamento da Produção Animal; Departamento da Indústria Animal, depois Departamento de Produção Animal, depois Instituto de Zootecnia. Ele se formou muito cedo, se formou também na Luiz de Queiroz².

M. G. – Na Esalq?

J. S. – Isso. E ele se formou com, acho que 22 anos. E já entrou no que depois foi o Instituto de Zootecnia, da Secretaria da Agricultura, em São Paulo. Começou lá como estagiário, alguma coisa assim, e terminou como diretor-geral do Instituto, se aposentou,

gerente técnico da Associação Brasileira dos Criadores; membro do Conselho Técnico do Serviço de Registro Genealógico das Raças Zebuínas (Uberaba); e membro do Colégio de Juizes da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ). Publicou dezenas de estudos sobre raças zebuínas, ainda hoje, servem como principal referência sobre o tema (de 1954 a 1983).

²Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo.

mas continuou trabalhando. Ele fez projetos para Camargo Correa, implantou fazendas por aí. Então isso tudo me influenciou. A minha mãe é baiana.

M. G. – Qual o nome completo da sua mãe?

J. S. – Marialva, como boa baiana, Coelho Santiago.

M. G. – Sua mãe é viva também?

J. S. – Minha mãe é viva.

M. G. – Também muito viva? [risos]

J. S. – Amanhã, não, sábado, vai ter um vatapá na casa dela, que ela faz. Ela fica uma semana preparando aquilo tudo [risos]. E ela compra, manda trazer as coisas da Bahia, porque ela não confia muito nas coisas daqui, no camarão, dendê, etc. E os dois, felizmente, bastante lúcidos. Minha mãe está com 89 anos, meu pai 96, mas impressionante. Os dois caminham todo dia aqui em São Paulo, na praia. Eu tenho um sítio no interior que eles fizeram uma chacarazinha também, enfim, muito ativos. Espero ter herdado geneticamente essa qualidade [risos]

M. G. – A vitalidade deles.

J. S. – Pois é.

M. G. – Mas a família da sua mãe chegou como em São Paulo?

J. S. – A família da minha mãe era de Ilhéus, zona do cacau, aí a minha avó se casou com um comerciante de Salvador, descendente de portugueses, daí vem o Coelho, e o meu avô ficou muito doente do coração, embora fosse muito jovem, com quarenta e poucos anos começou com problemas. Mudaram-se para o Rio de Janeiro – nós estamos falando isso no começo dos anos 1900. Mudou-se para o Rio porque lá tinha mais condições de se tratar, hospitais, médicos, etc., mas não adiantou, ele morreu com 49 anos. Ficou minha mãe, a irmã, e a mãe. E meu pai, um dia, foi passar férias lá, se conheceram em um bonde

- o pessoal andava de bonde – e, enfim, namoraram, casaram, e meu pai trouxe ela para cá. Então foi assim.

M. G. – Só uma pergunta: o senhor disse que a sua família, a origem é de fazendeiros de café...

J. S. – Da parte do meu pai.

M. G. – Pois é, da parte do seu pai, mas quem é que tinha fazenda? Seu pai não tinha, não é?

J. S. – Não.

M. G. – Algum irmão mais velho dele?

J. S. – Eram irmãos do meu avô. Irmãos do pai dele, irmãos, sobrinhos, na região de São João da Boa Vista, que, aliás, até hoje, eu acho que parte da família tem fazendas lá. Mas meu pai nunca quis o negócio dele era pesquisa. Meu pai estudou muito o gado zebu, no Brasil. Aliás, meu pai, assim, um dos nomes mais... Bom, eu sou filho dele, então fica meio chato [risos] dizer, mas ele é a pessoa..., fala em gado zebu, ele realmente foi a referência, e é a referência até hoje. Têm recebido prêmios, homenagens. Escreveu 16 livros sobre o gado zebu, as raças zebuínas: Nelore do Brasil, Sindi, Gir, Guzerá... E ele dissecou isso tudo. Os livros dele estão na biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Mas o negócio dele era pesquisa e estudo da história. Ele foi à Índia, ficou lá um tempão para estudar a história das importações de Zebu para o Brasil, que foi uma epopeia. Aliás, um dos livros dele: *A epopeia do Zebu*. Porque o governo não queria, enfim, teve realmente uma dificuldade muito grande de começar a importar, que é o gado apropriado para o Brasil, para os trópicos, países tropicais. Hoje se faz muito cruzamento, mas ainda, o Nelore, na área de carne, é base nos cruzamentos, por causa da rusticidade. Na Índia, também, esse gado Zebu vive em regiões quentes e úmidas, como o Brasil, quer dizer, o gado europeu no Brasil sofreu muito. Hoje há criações mais intensivas, mas falando em termos do grande Brasil e do geral, Zebu continua raça indicada para cá. Existe até linhagens de Gir leiteiro com altas produções de leite. Enfim, a vida dele foi estudar o Zebu, tanto a parte técnica, como a parte histórica.

M. G. – Ele tinha irmãos?

J. S. – Sim. Os irmãos dele, pela ordem...

M. G. – Mais velho, não é?

J. S. – Ele é o mais velho de todos.

M. G. – O mais velho?

J. S. – É. O que vinha depois, com um ano de diferença, é engenheiro pela Politécnica, depois veio outro, José, que seguiu carreira bancária no Banco Itaú; depois o Geraldo, engenheiro civil também, pela Politécnica, e as duas mulheres, uma dela já é falecida, a outra fez aniversário ontem [riso], e deve ter feito oitenta e tantos anos, e naquele tempo, também, as mulheres eram mais donas de casa. Devem ter feito até o curso normal, ou coisa parecida, e hoje, uma é mãe de família e a outra faleceu.

M. G. – Seu pai foi só para a Índia, ou ele chegou a ir a algum outro país?

J. S. – Ah, o mundo todo! Quer dizer, o mundo todo assim, dos centros de criação. Na Ásia ele andou também pela Tailândia, e outros países ali em volta, foi várias vezes para os Estados Unidos a convite do governo norte americano, foi fazer palestras e estudos na “King Ranch”³, da onde surgiu o gado Santa Gertrudes. Convidou também para passar um tempo lá, e ele escreveu um livro também sobre a raça Santa Gertrudes. Na Europa ele andou também, eu acho que pela maioria dos países, das criações. E tem uma memória fantástica. Meu pai é colecionador de selos também. Ele conhece todos os países do mundo, inclusive aqueles que a gente nunca ouviu falar. – “Ah, onde é tal lugar?”. – “Ah, isso aqui é uma ilha lá em tal lugar, o regime é esse, e tal...”, aí pega o álbum de selos dele. – “Aí, está vendo? A história do país aqui, os reis, os presidentes...”, “os não sei o

³ Rancho criado em 1853 pelo Capitão Richard King e Gideon K. Lewis. Localizado no sul do Texas é um dos maiores centros de criação de gado e cavalos da raça quarto de milha nos Estados Unidos, além de atuar em outras frentes agrícolas e em ensino técnico. Em 1961 a propriedade foi tombada como referência da história nacional norte-americana.

quê, e tal” [riso]. É uma memória privilegiada. E um dos *hobbies* dele é História, principalmente História do Brasil. Acho que eu herdei isso também dele.

M. G. – Esse gosto, não é?

J. S. – É. Gosto muito de História Antiga, de História da Palestina... Gosto mais de História Antiga, enfim. Vou chegar, se eu viver bastante como ele, chegou aqui no Brasil também [risos].

M. G. – Mas ele estudou agronomia? Não foi veterinária?

J. S. – Não, foi agronomia. Ele fez um curso em Piracicaba, e no ano dele, só cinco alunos entraram, porque teve uma mudança, alguma coisa, uma mudança de tempo de curso⁴, não me lembro exatamente qual foi essa mudança, e eles apertaram muito para ter uma turma muito reduzida. Parece que ia se juntar com outra e não tinha lugar na outra, alguma coisa assim. Passaram cinco alunos e ele foi um dos cinco. Acho que com 18 anos. É, porque foram cinco anos, ele se formou com 22, foi isso mesmo.

M. G. – E sua mãe estudou também, ou não?

J. S. – Minha mãe fez até o curso normal, e quando se mudaram para o Rio de Janeiro, o pai morreu, ficou a viúva e duas irmãs, a irmã dela tinha estudado direito, foi uma pessoa de destaque no Rio de Janeiro, tinha lá um cartório também. Isso por aquelas amizades políticas com Juraci Magalhães⁵ e outros baianos. Minha mãe fez o curso normal e

⁴ Referência a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 25 de janeiro de 1934, pelo Decreto nº 6.283 assinado pelo então governador Armando de Salles Oliveira. A Universidade iniciou suas atividades com as seguintes unidades: Escola de Medicina Veterinária, (derivação do Instituto de Veterinária); Escola Politécnica; Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ); Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Faculdade de Farmácia e Odontologia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

⁵ Juraci Montenegro Magalhães (1905 – 2001), militar, foi nomeado por Vargas interventor federal na Bahia (1931). Fundou o Partido Social Democrático (PSD) da Bahia (1933) e em 1935 obteve da Assembléia Constituinte estadual o mandato de governador constitucional. Em 1937 com a implantação da ditadura do Estado Novo demitiu-se do governo da Bahia, retornando ao Exército. Foi nomeado presidente da Companhia Vale do Rio Doce (1951) e, em seguida, adido militar brasileiro nos Estados Unidos. Em 1954, presidiu a recém fundada Petrobrás. No final desse ano, elegeu-se para o Senado pela UDN baiana. Em 1957 passou a presidir a UDN nacional. Foi novamente governador da Bahia (1959 – 1963). Ainda em 1959 perdeu para Jânio Quadros a indicação de candidato udenista à eleição presidencial do ano seguinte. No governo do general Castelo Branco foi nomeado embaixador brasileiro nos Estados Unidos. Ocupou sucessivamente as pastas da Justiça e das Relações Exteriores. Com o fim do governo de Castelo Branco, em 1967, deixou a carreira política e passou a dedicar-se à iniciativa privada.

trabalhava – depois que o pai morreu – ela foi trabalhar nos Correios e Telégrafos com o pai de um antigo e famoso apresentador de televisão, que fazia “O Céu é o Limite”.

M. G. – Jota Silvestre⁶, não?

J. S. – Não, mas da época. Que eu, quando criança, assistia esses programas. O pai dele era o chefe dela. E minha mãe foi com uns 14 anos para o Rio, ficou até 22 ou 23. Minha mãe gosta muito de música, então ela assistia, no “Cassino da Urca”, Carmen Miranda... Ídolos da música brasileira antiga. E gostava tanto de música que, uma vez, ela pediu para o tio dela, irmão da mãe... Porque aí o pessoal começou a vir da Bahia para o Rio. E o irmão da mãe veio também, tio Durval. Ela tinha uma voz muito boa, muito afinada, e queria ir ao programa do Ary Barroso⁷, no programa de...

M. G. – Calouros?

J. S. – Calouros, do Ary Barroso. Só que uma moça... Ela devia ter, na época, uns 19, 20 anos, mas uma moça não podia ir sozinha em um programa de rádio, imagina, uma moça de família! Então pediu que o tio a levasse. O tio deve ter resmungado um pouco, um bom baiano, mas acabou levando. Minha mãe é uma pessoa de muita personalidade, e muito persistente nas coisas. Meu tio acabou levando. E ela fez o programa do Ary Barroso. Foi até o fim, não levou o gongo, o Ary barroso cumprimentou. Ela cantou uma música folclórica, que eu acho que se chamava *Cobra Grande*, alguma coisa assim. Uma pessoa muito interessante também. Até hoje ouve Noel Rosa, e canta. Minha mãe com 89 anos começou a estudar violão para acompanhar aquelas músicas que ela gosta. Ary Barroso, Noel, aqueles grandes compositores daquela época. Chico Buarque, ela gosta muito. Tem show aqui do Chico, ela pega a minha mulher para ir com ela, porque minha mãe, é óbvio,

⁶ Jota Silvestre (1922 – 2000) foi ator, escritor e apresentador de TV. Foi o criador do programa "O Céu é o Limite", primeiro programa de perguntas e respostas da TV brasileira, transmitido pela TV Tupi do Rio de Janeiro (1955).

⁷ Ary Barroso (1903 -1964). Filho do deputado estadual e promotor público João Evangelista Barroso e sobrinho do ex-ministro da Fazenda Sabino Barroso. Foi compositor brasileiro de música popular. Em 1943 lançou o programa *A hora do calouro*, na Rádio Cruzeiro do Sul do Rio de Janeiro, responsável por revelar novos talentos musicais. Atuou também como locutor esportivo. É autor de centenas de composições consagradas, como *Tabuleiro da baiana* (1937) e *Os Quindins de Yayá* (1941), *Boneca de piche*, *Aquarela do Brasil*. Compôs vários dos sucessos consagrados por Carmen Miranda no cinema.

não dirige. Então minha mulher é a companheira de minha mãe nesses shows. Todo show de grandes artistas ela vai, e deve cantarolar junto [risos].

M. G. – O senhor nasceu em que ano?

J. S. – 1947.

M. G. – A data?

J. S. – Seis de dezembro de 47.

M. G. – E o senhor nasceu onde?

J. S. – São Paulo, capital.

M. G. – Cidade de São Paulo?

J. S. – Sim. Em São Paulo, no bairro do Sumaré. Aquilo era como uma fazendona. Acho que isso também me ajudou depois na minha escolha profissional no ramo da agricultura, que acho que privilegia a natureza, que é a agricultura orgânica. No Sumaré era assim: tinham poucas casas, as ruas todas de terra, passava um riacho limpo aonde hoje é a Avenida Sumaré, e o pessoal levava cabra para pastar... Eu não estou falando de tanto tempo. Levavam cabras para pastar na Avenida Sumaré, o pessoal ia a cavalo, não sei da onde que vinha. Muito passarinho diferente, muito “bico de lacre”, muito “sabiá”, “bem-te-vi”, enfim. Eu me deliciava com aquelas coisas, me deliciava. E o bairro do Sumaré... A minha avó, que perdeu o marido cedo, casou de novo, casou com um pintor. Um pintor bom, interessante, Francisco Manna⁸, que está nos catálogos que se faz no Brasil sobre pintores, eu não sei qual o nome disso. E eles tem alguns quadros à óleo do Sumaré, que quando eu nasci, minha avó veio para ajudar a minha mãe, e o seu Francisco, que era o marido dela, ficava dentro do terraço de casa pintando. Então, as paisagens de quando eu era criança estão na minha casa hoje, nos quadros do Francisco Manna. Mas era, assim, parecia uma zona rural mesmo. Cobra. Minha casa era isolada, porque em volta era tudo

⁸ Francesco Manna, conhecido como Francisco Manna, (Sicília, 15 de julho de 1879 — Rio de Janeiro, 1943) foi um pintor e desenhista ítalo-brasileiro.

terreno, meu pai foi um dos primeiros que fez casa ali no bairro. Cansamos de encontrar cobra no quintal de casa, no jardim, nos terrenos do lado. Coral, eu não sei se eram venenosas ou não, na época eu não sabia, até hoje é muito difícil eu distinguir uma coral venenosa, mas lembro de muita cobra que a gente pegou. Matava, porque, naquela época, a gente não tinha essa consciência de pegar e mandar para o Butantã. Mas era uma fazendona aquilo lá.

M. G. – E o seu pai trabalhava em São Paulo, nessa época?

J. S. – Sim. No bairro da Água Branca, que é o Parque da Água Branca. E o Parque da Água Branca foi a sede do Departamento de Indústria Animal, depois Departamento da Produção Animal, depois Instituto de Zootecnia, até que o Instituto, em mil novecentos e setenta e tantos foi para Nova Odessa, aí o Parque da Água Branca passou a ter outra destinação. Meu pai começou e terminou a vida profissional dele lá.

M. G. – E quais foram as escolas por onde o senhor passou? O senhor fez primário, ginásio?

J. S. – Sim. A primeira escola foi o Externato Assis Pacheco, nas Perdizes.

M. G. – É pública?

J. S. – Não, é uma escola particular, de umas irmãs... Acho que tinha umas cinco irmãs, quatro solteiras, uma casada, todas muito católicas, e de família tradicional paulista, os Assis Pacheco. Então, a escola... Claro, todo mundo de uniforme, meninos de manhã e meninas de tarde, era só o primário. Tinha o jardim de infância, pré-primário, primeiro, segundo, terceiro e quarto ano, depois tinha o quinto ano, que eu fiz, que era admissão ao ginásio. A gente tinha toda uma orientação católica, fiz primeira comunhão lá na escola. E eram irmãs muito interessantes, muito conservadoras, rígidas, mas era um lugar de bom ensino, se aprendia. Enfim, foi uma época gostosa da minha vida. E depois, eu fui para o colégio São Bento, que existe até hoje no Largo de São Bento, fiz lá o ginásio. E foi uma época muito boa da minha vida. Que muita gente fala: -“Ah, colégio de padre... Esses padres chatos, malucos e tal”. Tinham padres realmente muito chatos, mas tinham padres ótimos, que faziam muita amizade com a gente, uma coisa muito gostosa, uma relação

muito gostosa. No São Bento, no primário, eu era um aluno meio “CDF” [riso], bem “CDF”, aliás. Quando passei para o ginásio, inverteu [risos]. Eu levei “bomba” na segunda série do ginásio, em matemática. Naquela época, sei lá, precisava ter cinco, eu tive 4,9, ou 4,8, em matemática. E como as outras notas também eram tudo ali “raspando”, eu repeti. Hoje é muito difícil repetir um ano, não sei se é bom ou se é ruim, mas enfim, naquela época era assim. Daí eu repeti a segunda série, mas continuei meio vagabundo até a quarta série. Fui meio “capengando” até a quarta série e fui fazer o científico – na época se chamava assim. Primário, ginásio e científico. Fui fazer o científico já um ano atrasado, porque tinha levado “bomba” na segunda série, e fui para o colégio Rio Branco. No Rio Branco piorei um pouco, porque a gente... Imagina, matava aula para assistir corrida em Interlagos. Vários alunos tinham carro do pai e “cabulavam” aula. Resultado: eu levei “bomba” no terceiro científico [risos], que é uma coisa realmente difícil. Porque terceiro científico, já perto da...

M. G. – Da faculdade?

J. S. – Da faculdade. Mas o Rio Branco era um colégio – nem sei se ainda é hoje – mas era um colégio bem rígido. Aliás, era um ensino ótimo, eu aprendi muito lá nos laboratórios, biologia... Eu sempre gostei muito de biologia, aprendi muito, mas... Enfim, levei “bomba”. Aí me deu um estalo. Falei: - “Puxa vida, eu estou com – já devia estar com 18 anos de idade – poxa, não sou mais criança”. E me deu um *insight*. Pensei assim: - “Eu quero entrar na faculdade”. Eu estava em dúvida entre fazer agronomia e física. Imagina, coisas completamente diferentes. Mas eu gostava de física também. E aí fui fazer o cursinho... Nesse ano, foi 1968, falei: - “Não, eu tenho que estudar”. Eu fazia o cursinho de manhã – começava acho que sete e pouca da manhã – fazia o cursinho do grêmio, que eram alunos da USP que montaram um cursinho, muito bom, muito interessante. Então fazia o cursinho de manhã. De tarde, eu estudava a tarde inteira, mas com um programa: tal dia é matemática, tal dia é física, tal dia é química, biologia, e estudava o dia inteiro. E fazia o terceiro científico à noite. Mas aí eu procurei um colégio bem fácil...

M. G. – Para não correr risco?!

J. S. – É. Eu perguntei para os amigos: - “Qual é o mais fácil aí?”, para não correr risco e poder estudar para o cursinho. Então, à noite, eu fazia o Colégio das Bandeiras, na Avenida Angélica. Muito engraçado. Então, eu tinha atividade o dia inteiro, entre duas vezes por semana, no final da tarde, entre o meu estudo em casa e o terceiro científico que eu fazia, eu comecei a fazer terapia em grupo, porque falava assim: - “Eu estou meio desorientado, não sei bem o que eu quero da vida, meio perdido...”, e a minha mãe fez análise durante alguns anos – aliás, até hoje ela gosta muito de ler sobre isso – e comentava comigo. Eu achava um assunto muito interessante, fora que eram anos 60, 1968, foi um ano bem particular desses anos 60, então a moda era ler Erich Fromm⁹, era ler coisas sobre psicanálise...

M. G. – O senhor lia essas coisas nessa época?

J. S. – Lia. Aliás, a juventude na minha época lia isso, lia essas coisas, boa parte dela. Hoje está bem raro. Nossa, eu li uns 10 livros de Erich Fromm, por exemplo, que era um psicanalista, mas também, pode-se dizer, um sociólogo. E lia coisas sobre sociologia, política, então eu tinha o dia totalmente tomado. Eu falei: - “Vou fazer...”, no meio do ano eu decidi fazer agronomia, e falei: - “Não, vou fazer exame só na Luiz de Queiroz, só na ESALQ, não quero saber de outra”. Imagina, um cara que tinha sido um vagabundo nos últimos anos [risos]. Mas fiz o exame, passei bem, passei em septuagésimo nono lugar, se eu não me engano. Bom, e a partir daí virei um “CDF”. Daqueles anos todos de estudo, entrei na faculdade, comecei a dar aula particular de matemática – que eu tinha sido reprovado no científico – mas no cursinho eu estudei muito matemática, e comecei a gostar. Aí eu dava aula particular de matemática em Piracicaba. E continuei dando aula de matemática... Bom, o último aluno foi o meu filho, que tem hoje 19 anos, entrou na faculdade de zootecnia agora, recentemente. E eu, durante todo esse tempo - desde criança até a época de cursinho... Não, cursinho não, mas até a época que ele fez o último colegial, estudava matemática com ele toda semana. Hoje eu passaria em um vestibular que tivesse matemática [risos], pelo menos em matemática eu passaria. Então foi assim. Em Piracicaba, fiz o curso em quatro anos e meio, porque entrei na transição de quatro, que era cinco anos, tinha passado para quatro. Depois voltou para cinco, mas enfim... Quando entrei, a gente podia se formar, no mínimo, em quatro anos e meio. Eu me formei em

⁹ Erich Fromm (1900 —1980) foi um psicanalista alemão, filósofo e sociólogo.

quatro anos e meio. Eu nunca fiz um exame, passava direto, virei um “CDF”. E até hoje eu estudo muito e gosto muito de estudar. Então são essas viradas da vida, 1968 foi um *turning point* na minha vida.

M. G. – E quais são os professores que marcaram na faculdade?

J. S. – Na faculdade?

M. G. – É, na faculdade.

J. S. – Na faculdade. Um professor me marcou muito, o Demattê. Luiz... não é Luiz. Demattê¹⁰, da área de solos. Ele era um professor novo, muito preparado, e se dedicava muito às aulas. Além disso, tinha uma convivência excelente com os alunos. A gente saía... Na aula de solos, você tem que ver perfil do solo, aqueles barrancos, para saber como são os horizontes do solo, etc. A gente ia de caminhão. Formei em 73 na ESALQ. Subia no caminhão, tinha uma lona por cima, para proteger do sol, porque a estrada era muito quente, e o Demattê ia com a gente ali na carroceria do caminhão, e era uma classe de 30 alunos. Minha turma tinha 200 alunos, a turma de 73, quer dizer, entraram 200, e esses 200 eram divididos em turmas, acho que de 25. Eram oito turmas de 25. Por nome, minha turma era “J”, porque eu sou José Pedro. Aliás, o que tinha de José na classe era impressionante. E o Demattê ia com a gente na carroceria do caminhão, e ia cantando com a gente aquelas besteiradas de aluno, e esse cara me impressionou muito, marcou muito. Demattê. Outro professor que me marcou muito foi o Accorsi. Valter Radamés Accorsi¹¹. Ele dava aula no departamento de biologia, ele era espírita – ele morreu com 95 anos, eu acho, faz alguns anos – era um homem de um carinho, de uma dedicação aos alunos, e de uma bondade de coração fantástica. Foi ele que começou com a questão do Ipê roxo no Brasil, porque ele acreditava muito nos remédios fitoterápicos. Então o Accorsi, que é um nome em Piracicaba hoje. Ele depois se aposentou, a escola deu lá uma

¹⁰ Referência a José Luiz Ioriatti Demattê, professor aposentado do Departamento de Ciência do Solo da ESALQ/USP.

¹¹ Referência ao professor Walter Radamés Accorsi (1912 - 2006). Graduado em engenharia agrônômica pela ESALQ, chamada na época de “Escola Agrícola” (1930 -1933). Em 1936 passou no concurso de livre docência da ESALQ. Ocupou os cargos de diretor e vice-diretor da escola (1951-1954). Em 1982, após quase setenta anos de docência, aposentou-se compulsoriamente. Nesse mesmo ano, recebeu o título de professor emérito, um dos mais honoríficos da Universidade de São Paulo (USP). Na mesma década ganhou o setor de plantas medicinais da Escola para continuar seus estudos fitoterápicos. Em 1986 recebeu o título de Cidadão Piracicabano, outorgado pela câmara de vereadores.

área para ele continuar cultivando as ervas dele, uma salinha, um escritório, etc, e ele morreu trabalhando. Então o Accorsi, ele me marcou muito também pela bondade, pela capacidade dele com o aluno. As aulas dele muito gostosas, aulas de laboratório. E era um homem bom. Sabe pessoa boa, que cativa? Sem nenhuma intenção por trás de fazer isso. Ele era assim. Outra professora que me marcou muito, essa continua em atividade, Ondalva Serrano¹². Ela hoje é presidente da Associação de Agricultura Orgânica. E a Ondalva era professora de planejamento, no Departamento de Economia, era assim que chamavam. E ela era professora, ela tinha uma didática muito boa, era uma pessoa muito organizada, e muito dedicada aos alunos. Uma pessoa muito especial. Somos amigos hoje... Enfim, esses três professores eu diria que me marcaram bastante.

M. G. – E colegas de turma que se destacaram depois?

J. S. – Bom, não dá para concorrer com a turma do Roberto Rodrigues, porque o Roberto Rodrigues disse que a turma dele era uma turma de ouro.

M. G. – Pois é.

J. S. – Ele brinca: -“Minha turma é de ouro!”. Mas eu tive colegas que se destacaram, por exemplo o Calfat¹³. Bom, depois de tantos anos estou esquecendo os primeiros nomes, mas o Calfat, daquela família Calfat de tecidos [inaudível 34:03], etc. Ele foi uma pessoa que, acho, entrou em primeiro lugar na turma, ou terminou em primeiro lugar. Deve ter entrado entre os primeiros, terminou em primeiro lugar, foi o orador da turma. Ele teve uma carreira muito bonita na área de pecuária. Trabalhou em muitas empresas, etc. É o que eu mais me recordo.

M. G. – O senhor teve alguma militância política na faculdade?

J. S. – Muita.

¹² Referência a Ondalva Prima Serrano. Graduada em engenharia agrônoma pela Esalq. É doutora em agronomia e economia agrícola pela USP. Foi professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Esalq (1965 – 1975). Foi diretora de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura da Estância Turística de São Roque (1984-1992). Atualmente é Diretora Adjunta da associação holística de participação comunitária ecológica (AHPCE).

¹³ Referência a Nicolau Elias Calfat.

M. G. – Porque logo depois que termina, o senhor já passou para a Associação dos Engenheiros Agrônomos, não é?

J. S. – Isso. Então, essa questão da militância política foi uma coisa muito importante e muito boa na minha vida. E que eu lembro com muito carinho dessa fase. Eu, em 1964... Meu pai é uma pessoa muito conservadora, politicamente. Até hoje, muito conservador. E naturalmente a gente ouve os pais, aprende com os pais, etc. Então, em 64, eu estava no colégio São Bento, eu tinha 12 ou 13 anos de idade... – eu sou de 47, mas faço em dezembro, eu devia ter 12 anos de idade – mas acompanhava muito pelos jornais... Até tempos atrás eu tinha todos os recortes dos jornais daquela época. E então, apesar da pouca idade, 12 anos, eu fiquei muito contente com o golpe de 64, porque o meu pai também apoiava aquilo, porque achava uma bagunça, o João Goulart, bando de comunistas, e tal. Aliás, a família toda é muito conservadora e muito anticomunista.

M. G. – Mesmo a sua mãe?

J. S. – Minha mãe não, minha mãe é uma pessoa mais liberal, sabe. Bem mais liberal.

M. G. – Fez psicanálise...

J. S. – Isso, ouve música, Ary Barroso... Interessante isso. Ela sempre foi uma pessoa mais liberal. E eu imitava aquele conservadorismo do meu pai. E também sempre li muito. Com oito, nove anos de idade, eu já lia aquela coleção de livros infantis, li os livros do Tarzan, por exemplo, a Ilha do Tesouro, enfim, toda aquela literatura juvenil, que, aliás, era muito boa, alguns franceses traduzidos. Então, em 64 eu torci pela revolução, meio sem base teórica, mas, enfim, era uma coisa meio de imitação. E daí eu tinha um professor no Colégio São Bento, Domingos Marmo, professor de português, muito rígido, mas excelente professor, e também muito conservador. Eu me lembro que uma vez ele falou: - “Olha, está passando uma peça aí, ‘O Filho do Cão’¹⁴, no Teatro de Arena – não lembro quem era o autor, mas... – é bom vocês verem, para vocês verem como que os comunistas

¹⁴ Peça de Gianfrancesco Guarnieri, encenada em 1964 pelo Teatro de Arena, sob a Direção de Paulo José. Debruçava-se sobre a temática da reforma agrária. Teve a sua última apresentação em 31 de março, dia do golpe militar, quando o Teatro de Arena foi obrigado a fechar as portas.

estão entrando na vida, no país, etc”, e sugeriu para a classe que fosse, eu fui o único que foi. Fui lá, assisti à peça. Uma peça muito boa. Depois ele pediu que eu fizesse uma apresentação para a classe. Eu fiz e ganhei uma nota. Eu tinha esse viés também conservador, se é que se pode dizer isso de uma criança. Quando eu comecei o cursinho, bom, o cursinho era de professores da USP, a USP era uma universidade muito visada, professores foram presos, Fernando Henrique Cardoso foi exilado, então, eles não se abriam muito, mas eles falavam alguma coisa de política também nas aulas. E eu comecei a prestar atenção nessas coisas, comecei a ler bastante, continuava comprando livros de sociólogos, sobre política, coisas assim, e comecei a virar para a esquerda. Porque achava também que, enfim, esse mundo injusto, economicamente desigual. Fui construindo uma posição já mais consciente, mais estudada, de esquerda. E nessa época, em 68 foi o ano do AI-5. Porque até 68, a imprensa ainda era livre e falava, havia os partidos no Congresso, enfim, havia liberdade de imprensa e de expressão. Em 68 veio o AI-5. Toda ação provoca uma reação, e começou o movimento que se chamava aí de guerrilha urbana, Lamarca¹⁵ e outros. Enfim, começaram a se radicalizar as posições, e eu fui, na época do cursinho, cada vez mais procurando me informar, ler as coisas, lia tudo ligado à oposição. Naquela época a oposição toda se juntou, porque não tinha mais comunista, socialista, social-democrata, era um grupo que atuava junto, porque também não dava para ser de outro jeito. Depois do Geisel, que começou a ter os partidos políticos, aí se dividiram de novo em comunista do PCdoB, em social-democratas do PSDB, os Liberais, Democratas, etc. Aí eu entrei na faculdade. Na faculdade, aí sim, tinha uma militância estudantil que comecei também a participar, desde o primeiro dia. O ano que eu entrei em Piracicaba, na ESALQ, foi o primeiro ano sem trote, depois de muitos anos, porque o trote lá era muito violento, então resolveram abolir. Alunos, as lideranças estudantis junto com a direção da faculdade entraram em acordo e falaram: - “Não, vamos abolir esse negócio de trote”. Então, o que havia? Havia uma comissão de recepção para os alunos novos, para os “bichos”, cortavam o cabelo – tudo bem, isso aí cortavam – mas não tinha mais nenhum trote. E a comissão de recepção eram alunos já de segundo, terceiro ano, politizados, e todos de esquerda, e naturalmente procuravam também convencer a gente daquelas posições. E convenciam. Então, desde o primeiro ano, eu tive uma militância. Em 68, endureceu muito com o AI-5, Costa e Silva morreu e teve aquela sucessão meio violenta do governo também, e eu participava do Centro Acadêmico, participava de

¹⁵ Carlos Lamarca (1937 — 1971) militar desertado, foi um dos líderes da guerrilha urbana armada que se opôs ao regime militar brasileiro.

discussões políticas com alunos de outras faculdades, iam lá meio escondidos. Enfim, acho que até o último ano da escola, eu peguei exatamente a fase da ditadura, quando sai ainda era uma coisa muito rígida e forte, censura à imprensa, torturas. Muitos amigos que eu tenho hoje – que inclusive abandonaram aquelas posições de esquerda românticas de juventude, e que hoje estão em cargos bons, de liderança. Isso foi uma coisa que ajudou e influenciou muito na minha vida profissional. Teve uma vez que – foi mais ou menos na época da visita do embaixador americano no Brasil – aí o movimento estudantil resolveu fazer panfletagem na rua, e tal, e eu fiquei encarregado de pegar o material que o Centro Acadêmico Luiz de Queiroz tinha, aliás, foi um dos únicos que continuo com o nome de centro acadêmico, porque o governo militar obrigou que não se falasse mais em centro acadêmico, era só diretório acadêmico e – você que conhece mais História que eu – era uma coisa muito controlada. Era um negócio meio de “fachada”, os diretórios. Em Piracicaba, se criou o diretório como a lei mandou, mas um diretório completamente, na prática, inexistente. Continuava o Centro Acadêmico Luiz de Queiroz escrito lá. Naquela época, a escola sempre teve um nome muito bom na cidade, então polícia, prefeitura, etc, fechava os olhos. Não dava muita bola para isso. Os professores da escola também não. E a gente fez o material lá, clandestinamente, descendo pau no governo militar, nos americanos, no embaixador que vinha - uns panfletos bem violentos. E eu fiquei encarregado de trazer para São Paulo e entregar no diretório acadêmico da faculdade de medicina, que era muito atuante também. Nessa época, o meu pai era diretor Geral do Instituto de Zootecnia, e a gente morava dentro do Parque da Água Branca, em uma casona. E estava tendo uma exposição de material do Exército. Parece que tinha ameaças de bombas lá, era alguma coisa assim... Imagina, a época era 69/70, época duríssima do Médici. E eu fiquei encarregado de trazer aquilo tudo e entregar no centro acadêmico. Era uma sacolona de panfletos. Bom, saí de Piracicaba, como é que a gente vinha? A gente vinha de carona. Em Piracicaba tinha um ponto de carona – hoje não existe mais, porque ninguém dá mais carona com medo de ser roubado e morto – mas em Piracicaba, perto da escola, tinha o ponto da carona. O pessoal que ia para outras cidades se juntava no ponto da carona e os habitantes de Piracicaba conheciam aquele ponto, sabiam que ali só tinha aluno da ESALQ, aliás, de outras faculdades também, um ou outro da odontologia, e tal, então a gente pegava e ficava lá meia hora, às vezes tinha sorte de pegar em cinco minutos, e arrumava a carona. Fui eu lá, peguei a carona para São Paulo e cheguei até o Parque da Água Branca. Acontece que eu morava lá. Porque eu iria lá, pegar o carro do meu pai, e levar aqueles panfletos todos para o diretório acadêmico da medicina. E eu

usava barba. O curso de Piracicaba quase todo, só no último ano que eu tirei barba, porque tinha que começar a procurar estágio e o pessoal não gostava de barbudo. Aí eu lá de barba e com cara de estudante, cabelo grande, 20 anos de idade, com uma sacolona. Eu cheguei no Parque da Água Branca e vi que estava fechado, com aquele monte de material do Exército. Cheguei no portão, aí um soldado, com o fuzil na mão... Metralhadora, sei lá. –“O que você quer?”. – “Não, eu moro aí”. – “Como mora aqui?”. Eu falei: - “É, meu pai é diretor...”. Eu fui até meio arrogante com o cara, coisa de jovem, não é? E também eu detestava Exército, porque eu militava na esquerda. Bom, o cara podia falar assim: - “Olha, abre essa sacola aí”. Putz, se o cara tivesse falado isso, eu não estava aqui hoje, possivelmente. E aí ele consultou não sei quem, ligaram lá, acho que ligaram lá em casa... – “Ah, está bom, pode entrar”. E eu entrei, mas assim, os caras apontando o fuzil, a metralhadora [risos]. E durante o caminho todo, deve dar uns 200 ou 300 metros da entrada da Francisco Matarazzo até a casa que eu morava. Até hoje está a casa lá, hoje deve ser escritório de alguma coisa. E eu fui andando, quando cheguei em casa, lembrei que tinha aquele material todo, subversivo, na sacola. Nossa, eu fiquei branco! Mas aí já estava em casa. Mas, você vê, jovem é meio maluco. Eu pedi o carro do meu pai, já tinha carta, tinha 19, 20 anos, botei a sacola no carro, saí porque, enfim, de carro era outra coisa - fui ao diretório e levei o material todo, combinamos não sei o quê. Mas foi um dia que eu lembro muito vivamente, porque eu podia ser preso e desaparecer como outros desapareceram. Ou não, mas pelo menos umas pauladas eu ia levar, não é?! Pau de arara.

M. G. – O senhor na faculdade já começou, mais ou menos, a se encaminhar para alguma coisa que o senhor ia depois desenvolver na sua vida profissional?

J. S. – Sim.

M. G. – Orgânicos, já se falava em alguma coisa lá dentro?

J. S. – Não, em 73 ninguém falava, ou pelo menos eu não ouvia falar em nada de orgânico, agricultura orgânica. Esse termo nem existia. Depois que eu sai de lá, começou a se falar em agricultura alternativa. Mas lá não, eu não ouvi falar. O que achei que queria fazer? Eu fui para a área de comercialização agrícola. Por isso que eu fiz as matérias no departamento de economia, que era planejamento e estatística, comercialização mesmo, e o meu primeiro emprego foi na Ceagesp. Durante o tempo que eu estava na escola,

existia o Ceasa e a Cagesp. O Ceasa eram os Ceasas, como são conhecidos hoje, de verdura, fruta, aquelas coisas, e a Cagesp era a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo. Fundiram as duas, virou a Ceagesp, que existe até hoje, Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais, e eu fui trabalhar lá. No último ano de escola, eu queria fazer um estágio, e meu pai falou: -“Bom, eu conheço o diretor técnico da Ceagesp”, Cláudio Braga Ribeiro Ferreira. Foi Secretário de Agricultura, foi diretor da Ceagesp, presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos, e tal. E aí fui fazer estágio com ele. Um dia ele falou para mim que tinha uma ideia sobre alguma coisa de abastecimento, de centrais de abastecimento. Ele tinha alinhavado uma série de ideias, e eu escrevia bem - gosto muito de escrever e acho que escrevo bem - então ele pediu que eu fizesse um artigo daquilo, ele falou: - “Não tem pressa, vai pensando, vou publicar no Jornal do Engenheiro Agrônomo com o nome de nós dois. Eu peguei aquilo em uma sexta-feira, e passei fim de semana – eu já era “CDF” – passei o fim de semana escrevendo, na segunda-feira levei para ele. E ele gostou muito e publicou no Jornal do Engenheiro Agrônomo aquele artigo com o nome dos dois. Acho que ele começou a prestar um pouco de atenção em mim. No baile de formatura, na ESALQ...

M. G. – O senhor se formou em 73, não é isso?

J. S. – Em 73, julho de 73.

M. G. – E entrou em...?

J. S. – Em 69.

M. G. – 69.

J. S. – Já março de 69.

M. G. – No baile de formatura, o senhor estava falando...

J. S. – No baile de formatura, o Cláudio Ferreira – era também diretor, presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos – e estava lá também convidado. E no baile ele me convidou: - “Olha, eu quero falar com você, quando chegar em São Paulo. Vai falar

comigo”. Aí eu já percebi que era alguma coisa de emprego. Naquela época era muito fácil emprego. Os 200 alunos que se formaram, os 200 tinham trabalho para fazer, emprego, alguma coisa assim. Era outra época, a época do “Milagre Econômico”, Delfim Neto, e tal. E aí em São Paulo fui procurá-lo no Ceagesp. Ele falou assim: - “Olha, eu tenho um assessor que está se afastando, está mudando de cidade, um cara muito bom, gosto muito dele, mas vou ficar sem. E, se você quiser, a gente pode experimentar, você vem como assessor”. Nossa, era um cargo... Assessor do diretor técnico da Ceagesp ganhava muito, e eu fiquei admiradíssimo, mas, é por aí. Também não discutia muito política com ele, porque era uma pessoa de uma ala mais conservadora, e eu ainda tinha toda aquela herança de esquerda, de movimento estudantil. Trabalhei na Ceagesp durante sete anos, passei por três diretores. E aí também, logo no começo, ele me convidou para participar da diretoria da Associação de Engenheiros Agrônomos, porque lá tinha um costume, que eu não sei se ainda tem, que o cargo de segundo secretário sempre é dado a um recém-formado, para ir formando novas lideranças, uma coisa muito boa. E entrei como segundo secretário da Associação de Engenheiros Agrônomos. Acontece que o primeiro secretário e o secretário-geral nunca iam, então no fim eu que passei a fazer as coisas. Poucos anos depois, aquela turma que eu militava junto na ESALQ, política estudantil, etc, resolveu fazer uma chapa para concorrer à direção da Associação de Engenheiros Agrônomos, e me chamaram. E óbvio que eu aceitei, porque, enfim, eram pessoas que eu tinha muita afinidade política, ideológica. Fizemos uma chapa e ganhamos a eleição. Aliás, foi a única chapa, os outros nem concorreram. O presidente era o Walter Lazzarini¹⁶, que, aliás, é uma grande liderança agrônoma aqui no Estado de São Paulo. Foi secretário de Agricultura, foi deputado duas vezes, presidente da Cetesb, e tal, é um cara muito interessante de conversar também. Walter Lazzarini Filho. Hoje ele é o presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp. Ele tem um escritório de assuntos ambientais. Mas era uma molecada que ganhou a Associação dos Agrônomos, porque a gente era recém-formado, tinha formado há três, quatro anos, 26, 27, 28 anos, era a idade média. E ali tinha ainda os liberais, os social-democratas, os socialistas e os comunistas. Tinha gente do partido, do “partidão”, escondido. A gente sabia, mas ninguém mais, porque era uma época ainda de repressão, então aquela turma toda pegou

¹⁶ Walter Lazzarini, engenheiro agrônomo, formado pela Esalq (1969). Foi Presidente da CETESB (1991 - 1993), Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (1988 a 1990) e Deputado Estadual por dois mandatos (1983 a 1987) e (1987 a 1991). Atualmente é Presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (COSEMA) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), cargo que ocupa desde setembro de 2005. É sócio da empresa Walter Lazzarini Consultoria Ambiental.

a Associação de Engenheiros Agrônomos e virou aquele negócio de ponta-cabeça. Olha que coisa interessante: era uma ala politicamente adversária da ala, por exemplo, do Roberto Rodrigues. Hoje somos muito amigos, temos, inclusive Lazzarini, a mesma orientação política... Vê como o mundo dá voltas... Quer dizer, também não teve nenhum que chegou a ser um malufista, isso não, nunca [risos]. Mas o pessoal foi convergindo para o centro, inclusive os que eram mais da direita e os da esquerda, foram convergindo. Hoje acho que existe um centro muito interessante aí nessa área agrônômica.

[FINAL DO ARQUIVO pho_2026_jose_pedro_santiago_2012-08-30_01]

J. S. – Naquela época, a gente ainda não podia se abrir muito politicamente, que você corria o risco de ser preso ou então perseguido. Só que a gente falou: - “Bom, tem que ter alguma válvula de escape. Essa molecada de 26, 27 anos precisa fazer alguma coisa diferente”. Aí a gente começou a ir para essa agricultura alternativa por dois motivos: um porque era uma coisa nova, era uma coisa que vinha lá do movimento *hippie* norte americano, teve muita influência, então agradava a gente ideologicamente. A outra é que essa agricultura alternativa, que depois chamaram de orgânica, não usava, combatia e combate até hoje os agrotóxicos. Isso, na falta de uma possibilidade política de você se expressar, a gente tinha essa válvula de escape. Aí sim o governo também era bem aliado dessa corrente toda bem convencional, então a gente começava também a entrar nessa área ecológica, que nem se falava muito. Um negócio muito marcante foi que a gente fez um congresso paulista de agronomia, chamamos de Primeiro Congresso Paulista de Agronomia...

M. G. – Que ano que foi isso, Santiago?

J. S. – Puxa vida, isso eu posso te mandar o ano exato, mas eu tenho impressão que foi 1981. 80, 81/82. Um desses três. Nós ainda temos essas coisas na ponta da língua. Isso eu posso ver e mandar para vocês. Bom, o primeiro congresso paulista de agronomia foi assim: teve acho que mil participantes, fizemos lá no Anhembi, ninguém esperava tanta participação, e a gente percebeu que aquilo é também a válvula de escape de toda uma área da sociedade, principalmente jovem, que estava realmente amordaçada, porque não conseguia se expressar politicamente, os partidos políticos eram controlados, já tinha se dissolvido o Congresso, dissolvido os partidos políticos, aí veio aquela coisa artificial de

Arena e MDB, então era uma válvula de escape. Bom, fizemos o primeiro congresso paulista de agronomia, e convidamos um cara, que ninguém ouvia falar dele aqui em São Paulo, desconhecido, chamado José Lutzenberger¹⁷. Essa época também não tinha celular, não tinha internet, não tinha nada disso. Então a gente ouvia falar que existia um agrônomo lá no Rio Grande do Sul que também combatia os agrotóxicos, que era por uma agricultura natural, diferente, etc, e aí nós fomos procurar esse cara, José Lutzenberger e o trouxemos para fazer a palestra de abertura do primeiro congresso paulista de agronomia. O teto quase que veio abaixo, aquilo foi uma catarse, um negócio fantástico, porque a gente, sedento de ouvir... E o Lutzenberger era completamente maluco [risos], e ele falava coisas do “arco da velha”. Denunciava pressões e falava do problema dos agrotóxicos, de câncer, dos organoclorados, da persistência dos clorados no organismo humano, no solo. E ele era muito carismático, então foi uma apoteose aquele negócio. E o congresso – a gente depois fez uma análise do congresso – os temas que mais interessavam e as Câmaras que mais tinha gente, eram as Câmaras de meio ambiente – não sei como é que chamavam – agricultura ecológica, alguma coisa assim. Aquela Câmara tinha o número das outras Câmaras todas juntas. A gente falou: - “Puxa vida, mas tem um negócio aí acontecendo!”. Logo depois a gente fez uma eleição, a diretoria da...

M. G. – Associação...

J. S. – Associação de Engenheiros Agrônomos, para ver quem seria o agrônomo do ano. Escolhemos o José Lutzenberger. Houve uma reação muito grande da ANDEF, que antigamente era assim: ANDEF era Associação Nacional dos Defensivos. Hoje mudou de nome, Associação de Defesa Vegetal, uma coisa assim. E o pessoal da ANDEF, a diretoria, foi lá na Associação de Engenheiros Agrônomos... Aí todos aqueles caras de terno já, muito mais experientes que a gente, foram lá e fizeram uma reunião com a diretoria da AEASP, da Associação dos Engenheiros Agrônomos, com aquela molecada, dizendo o seguinte: - “Olha, esse Lutzenberger é um maluco, ele não tem nenhuma base

¹⁷ José Antônio Kroeff Lutzenberger (1926 —2002) engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com especialização em agroquímica e edafologia na Universidade do Estado da Luisiana (EUA). Foi escritor, filósofo e ecologista e ambientalista brasileiro que participou ativamente na luta pela preservação ambiental. Fundou em 1971 a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), a primeira associação ecológica do Brasil. Em 1987 criou a Fundação Gaia, dedicada à promoção de um modelo de vida sustentável. Foi ainda responsável pela pasta do Meio Ambiente durante o governo de Fernando Collor de Mello.

científica, teórica, nada, ele é um demagogo, e nós estamos contestando. A gente não quer que, como agrônomos, que esse cara seja escolhido agrônomo do ano”. Foi uma discussão de uma tarde inteira, na Associação de Engenheiros Agrônomos. Parêntesis: a gente fazia tudo isso voluntariamente, porque eu trabalhava na Ceagesp, do governo. E na Associação de Engenheiros Agrônomos a gente combatia o governo. Era um negócio muito louco. Bom, aí o pessoal: - “Não, foi uma eleição, nós temos mandato para isso, legitimidade”, aí eles falaram: - “Não, então nós vamos convocar uma assembleia”. Eu era o secretário geral, eu falei: - “Tudo bem, o estatuto está aqui, vejam aqui as condições para convocar uma assembleia, e vocês estão no direito”. E eles convocaram uma assembleia. Pegaram lá “x” assinaturas que precisavam para convocar uma assembleia extraordinária, e convocaram a assembleia para decidir se cassava – a palavra estava muito em moda, eles não usavam essa palavra, mas era isso - se cassava aquele título, que não tinha sido dado ainda, porque seria em uma solenidade posterior. Eles se anteciparam. Essa assembleia foi um negócio histórico na AEASP também, porque aí a gente, acostumado com o movimento estudantil, mobilização, etc, nós levamos “trocentos” pessoas para lá ...

M. G. – Para ganhar a assembleia?

J. S. – Para ganhar a assembleia. Eles tinham muita força econômica, mas não tinham muita gente. E acho que eles não esperavam aquilo. Então foram lá uns 10 ou 20 para contestar a coisa. A gente, acostumado com política, movimento estudantil, pegava o microfone e descia o “cacete”, falava... A gente começou a perceber que eles foram saindo, meio de fininho, ficou meia dúzia. E aí teve a votação, foi, sei lá, 200 a seis, uma coisa parecida. Isso aí tem, inclusive, documentado no Jornal do Engenheiro Agrônomo. E demos o título para o Lutzenberger. Teve uma solenidade em São Paulo, e aí, modéstia à parte, o Lutzenberger começou a aparecer na imprensa em São Paulo, começou a se perceber quem era esse cara. E ele falou assim para a gente: - “Olha, vocês deviam fazer um grupo aqui dentro da Associação para começar a cadastrar os produtores orgânicos que têm no Brasil, porque ninguém sabe, é uma coisa muito pequena, muito dispersa”. A gente formou, na Associação de Engenheiros Agrônomos, um grupo de agricultura alternativa. Eu fui o coordenador desse grupo durante 10 anos, e o grupo se transformou na Associação de Agricultura Orgânica, que está aí até hoje, sede no Parque Água Branca. Esse grupo começou a divulgar a questão da agricultura alternativa, não chamava orgânica ainda. Aí a gente ficou dois anos na diretoria da Associação de Engenheiros

Agrônomos com esse grupo funcionando, de agricultura alternativa, fomos reeleitos para mais dois anos, depois três dos diretores foram eleitos para a Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, que é a FAEAB. Os três diretores eram: o Lazzarini, o Moacir¹⁸ e eu. Então, nós assumimos a Federação das associações. Foram oito anos, dois mais dois anos na AEASP, e dois anos na FAEAB, que a gente subverteu também o negócio. Aí começou a espalhar a questão da agricultura alternativa – aí acho que já tinha começado com o nome de orgânica – pelo Brasil. Então, a gente fazia reuniões em diversos pontos do Brasil assim: quando a gente montou a chapa da FAEAB, a gente procurou botar na diretoria e no conselho um certo número de pessoas que também comungavam com nossas ideias, mas também tinha o pessoal bem conservador, não era uma coisa tão sectária assim. Mas a gente conseguiu ir colocando sementes da agricultura orgânica em vários lugares. Por exemplo, Sergipe. Uma das lideranças de Sergipe, Paulo Carvalho Viana. Um sujeito rico, fazendeiro, tudo, mas com uma mentalidade muito aberta, e ele era, na época, diretor da ...

M. G. – O que ele produzia, o senhor lembra?

J. S. – Citros.

M. G. – Citros?

J. S. – Citros, laranja. Em Lagarto, no município de Lagarto, Sergipe. Produzia laranja. E o Paulo Viana era diretor da Emater de Sergipe. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, Emater de Sergipe. E ele me convidou para ir a Sergipe. Eu ia uma vez por mês, para começar a fazer palestra e divulgar a questão da agricultura orgânica. Bom, isso faz, de 82/83 para 2012, 20 anos, é isso?

M. G. – Trinta.

J. S. – Trinta anos. E hoje, alguns produtores que eu fiz palestra, são produtores orgânicos, tem uma feirinha de agricultura orgânica em Sergipe, e aquilo aumentou. Então esse foi o exemplo. Acho que eu fiquei um ano fazendo esse trabalho. Ia aos sítios em Lagarto,

¹⁸ Referência a Moacir José Costa Pinto de Almeida.

Boquim, outras cidades que não me lembro os nomes, a gente juntava, principalmente os horticultores do município, e fazíamos palestras sobre agricultura orgânica. E aquilo foi, enfim, foi uma semente. E assim, sementes em muitos lugares do Brasil. Começou assim o meu trabalho em agricultura orgânica, começou em 1979, com a criação desse grupo de agricultura alternativa, que ninguém sabia direito o que era agricultura alternativa, nós começamos a estudar, e trabalho com isso até hoje.

M. G. – É um trabalho mais de...

[INTERRUPÇÃO]

M. G. – Esse trabalho que o senhor está falando era mais um trabalho de orientação, de consultoria, não é?

J. S. – Sim.

M. G. – Não era um trabalho na fazenda mesmo, não é?

J. S. – Também era.

M. G. – Também era?

J. S. – A gente fazia palestras e depois ia aos sítios dos mais interessados e das lideranças...

M. G. – Eram sítios mesmo? Eram pequenos produtores?

J. S. – Todos.

M. G. – Grandes produtores, não tinha?

J. S. – A gente não queria nem saber disso.

M. G. – Não.

J. S. – Não queria saber disso, não existia. Mesmo o pequeno produtor, era difícil você encontrar. Então, primeiro fazíamos as palestras, depois, no dia seguinte, ia a dois, três, quatro sítios, ensinava o pessoal a fazer composto orgânico e dava as noções mais elementares de agricultura orgânica – que, aliás, a gente também não tinha grande conhecimento.

M. G. – Pois é, o senhor foi estudando essas coisas?

J. S. – Fomos estudando. E uma grande aquisição foi esse grupo de agricultura alternativa, o Lutzenberger uma vez falou para a gente: - “Olha, tem uma agrônoma, Ana Maria Primavesi¹⁹, que veio recentemente do sul, era professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Santa Maria, e veio para São Paulo – ela está se aposentando, já se aposentou – e é uma grande agrônoma, e é uma pessoa que conhece muito de agricultura orgânica, etc. E aí, em uma das primeiras reuniões do grupo de agricultura alternativa, eu não me lembro se a gente ligou para ela, fez algum contato, ela veio e trouxe um enorme conhecimento. A Primavesi, é viva. Aliás, meio de setembro agora vai aparecer um programa no Globo Rural sobre a vida dela. Eu fiz uma parte dessa gravação, em meados de setembro. É uma pessoa extraordinária. Ela publicou um livro – ela publicou vários livros -, mas um deles, que foi logo lá atrás – aliás, o lançamento foi na Associação de Engenheiros Agrônomos – *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*. Ela virou aqueles conceitos todos de cabeça para baixo também, que a gente tinha aqui. Ela dizia: - “Na Europa, tem que arar a terra, tem que movimentar bastante a terra, porque a gente veio de um inverno em muitos lugares com neve, então você precisa mobilizar a vida do solo. Aqui nos trópicos, não só no Brasil, mas nos países tropicais, é exatamente o contrário. Você tem que segurar um pouco essa vida do solo, que é muito intensa, porque senão ela vai degradar toda a matéria orgânica e vai sumir também. Então lá você tem que movimentar, aqui você tem que fazer plantio direto, você tem que fazer cobertura do solo, você tem que mexer o mínimo possível no solo”. Outra coisa, ela dizia também: - “Lá o solo fica descoberto para receber o sol para derreter a neve e para, enfim, esquentar

¹⁹ Ana Maria Primavesi (Áustria, 1920 -) engenheira agrônoma, responsável por avanços no campo de estudo das ciências do solo em geral, em especial o manejo ecológico. Foi professora da Universidade Federal de Santa Maria. Contribuiu na organização do primeiro curso de pós-graduação voltado para a agricultura orgânica. Atualmente aposentada, tocou por muitos anos sua própria propriedade agrícola em Itaí (SP) aonde colocou em prática os conceitos da Agricultura Orgânica. Foi também a fundadora e primeira associada da Associação da Agricultura Orgânica (AAO).

um pouco para poder plantar na primavera. Aqui é exatamente o contrário: você tem que proteger do sol e da chuva que é muito intensa nos trópicos”. Cada gota de chuva que cai no solo nu é uma explosão. A gente vê fotografias muito ampliadas, ela destrói aquela estrutura superficial do solo, vai levando a argila para baixo, forma camadas de compactação. Então o que tem que fazer aqui é proteger, você tem que ter cobertura viva ou cobertura morta. Então esse negócio de pomar, por exemplo... Quando ela começou a falar, os exemplos de pomares eram aquele pomar limpinho, que você não via um fiozinho de mato, de grama, no meio das árvores. Puxa, olha que agricultor caprichoso! Ele não deixa um matinho, é tudo solo limpo. Ela falou assim: - “Não pode. O solo tem que estar protegido, tem que ter uma cobertura, tem que plantar aí uma leguminosa, alguma coisa que não vá concorrer com as frutas, mas que protege o solo”. Hoje, você vai na Embrapa, no Instituto Agronômico de Campinas, todo mundo fala isso. Ninguém mais fala que o solo tem que estar um pomar. Então, essa mulher transformou conceitos na cabeça da gente, principalmente de uma geração mais nova. A gente, na faculdade – pelo menos até quando me formei – era assim: você quer alimentar planta? É o adubo químico, adubo solúvel. Você quer manter a saúde da planta para combater pragas e doenças? São os defensivos agrícolas. Ela falou o seguinte: - “Olha, os minerais para o solo são importantes, mas antes você tem que ter uma estrutura de solo para armazenar tudo isso. Na Europa, a argila que predomina que lá é a [inaudível 17:06], que é muito mais rica, ela tem mais capacidade de segurar os nutrientes do solo do que as caulinitas, que são predominante no Brasil. Então aqui, se você não tem uma argila tão rica, você tem que ter matéria orgânica, tanto para segurar os nutrientes - ela é uma esponja que segura a água - e ela estrutura o solo, ela forma um solo poroso...”. Enfim, ela começou a falar coisas que a gente podia até saber, mas não se falava isso nas faculdades. Ela foi um ponto de virada, na minha opinião, e de muita gente, na agricultura de solos tropicais. Ela se agregou ao grupo de agricultura alternativa e aí deu toda a base técnica e científica que a gente não tinha. Ela deu tudo isso, inclusive, ela deu um monte de livros que tinha repetidos, do marido dela e dela, para formar a biblioteca do grupo de agricultura alternativa. Então esse grupo começou a ter um pouco mais de status. Esse pessoal não é todo *hippie* e maluco e subversivo. Eles têm alguma coisa aí. E assim foi caminhando, depois de 10 anos, esse grupo de cultura alternativa virou Associação de Agricultura Orgânica, que está até hoje, tem aquela feira na Água Branca, e agricultura orgânica vai, a duras penas, conquistando o seu espaço, no Brasil e no mundo.

M. G. – O senhor comia orgânico nessa época, ou não?

J. S. – Tinha tão pouco orgânico, mas o que a gente podia a gente comia sim. Tem um agrônomo, um japonês, que deve estar com uns 85 anos de idade, Yoshio Tsuzuki, ele tem um sítio aqui em Caucaia do Alto, no bairro no Tijuco Preto, e ele era um camarada que teve uma história parecida com o Lutzenberger. O Lutzenberger era superintendente, gerente, ou coisa parecida, de uma grande empresa de agrotóxicos. Eu não me lembro se era Pfizer²⁰... Não. Uma dessas grandes europeias. E ele era um gerente de uma área do mundo aí, que eu não me lembro qual é. E ele também deve ter tido um *insight*, alguma coisa assim, enfim, ele mudou completamente. Ele virou um cara que começou a combater esse tipo de agricultura química. O Tsuzuki era revendedor de agrotóxicos. Ele saía com a peruazinha dele cheia de pacotes, latas, etc., de agrotóxico, e vendia. Ele se envenenou com isso. Provavelmente não tomava muito cuidado, e ficou muito mal de saúde, e ele é agrônomo também, formado no Japão. Ele pensou: - “Eu quero continuar agrônomo. Não posso isso aqui, vou começar a estudar essa outra agricultura”. E no Japão, eu não estou lembrado o nome dele agora, que desenvolveu agricultura orgânica, Mokiti Okada²¹. Desenvolveu o que ele chamava de agricultura natural. Então hoje, se chama agricultura natural de Mokiti Okada, aliás, tem a Fundação Mokiti Okada no mundo todo hoje. Em São Paulo, tem a Fundação Mokiti Okada, lojas. E ele começou a estudar, sobre agricultura orgânica. Então, o Tsuzuki tinha esse sítio lá – tem até hoje, em Caucaia do Alto – e dava cursos para a gente. O pessoal do grupo de agricultura alternativa ia sábado lá para o sítio, e ele dava - lógico, de graça - até almoço para a gente - e ensinava a agricultura orgânica. E muita coisa a gente levava de lá para casa para comer. Pagava alguma coisa, outras ele dava, era todo o pessoal “duro”, recém-formado. E depois eu passei a consumir mais orgânicos, hoje eu tenho um sítio em Extrema, Minas Gerais, que eu faço tudo orgânico. Aliás, estou substituindo *brachiaria decumbens* por *coast cross*, porque a gente tem cavalo agora no sítio. E eu estou fazendo tudo isso sem veneno. É uma coisa difícil, e leva mais tempo. Por isso, inclusive, agricultura orgânica, também são mais caros. Só que o que eles evitam aí de poluição e essas coisas também é

²⁰ Foi técnico e executivo da Basf (1959 – 1970).

²¹ Mokiti Okada (1882-1955), foi o fundador da Igreja Messiânica Mundial (1935) e a partir de 1936 passou a disseminar um método de agricultura originalmente chamado de "agricultura sem fertilizantes", ou "agricultura natural", que propõe um cultivo natural onde existe a harmonia com o meio-ambiente, com a alimentação, com a saúde do homem e com a espiritualidade.

muito. Bom, hoje, todas as verduras que eu como, praticamente, são do sítio, frutas e coisas. Sou vegetariano, então também não é muito difícil para eu comer coisa orgânica.

M. G. – Deixa-me perguntar uma coisa: pelo menos em um primeiro momento, acho que hoje ainda está um pouco nisso - de quem praticava agricultura orgânica era, sobretudo, pequenos produtores, não tinha produção em grande escala.

J. S. – Sim.

M. G. – E era muito, também, gente de classe média, que de alguma forma ia para agricultura e que... Eu não sei como que está, ainda tem muito esse perfil, mas...

J. S. – Você sabe que eram todos pequenos, na Associação de Agricultura Orgânica, que foi criada em 1989 e sucedeu o Grupo de Agricultura Alternativa - eu fui também o primeiro presidente da Associação de Agricultura Orgânica- tive um contato com o então secretário da Agricultura, Félix Domingues.

M. G. – De São Paulo?

J. S. – É, em São Paulo – não lembro bem por que, ele não era do nosso grupo -mas a nossa proposta foi ter uma sala no Parque da Água Branca para abrigar a Associação de Agricultura Orgânica, que a gente falava assim: - “lá tem a Associação de Criação de Cavalos; tinha Associação de Criador de Gado, tem Associação de Médico Veterinário, por que não pode ter uma de agricultura orgânica?” E o secretário, na época, era o Walter Lazzarini, e depois o Félix. E aí, na gestão do Walter, a gente ganhou uma sala... Ah, bom, e outra coisa, meu pai era o coordenador do Parque da Água Branca [risos]. Meu pai, depois de aposentado, foi convidado para ser coordenador dos parques da Água Branca, Água Funda, etc., então com o Lazzarini como secretário de agricultura e meu pai como coordenador, não foi difícil conseguir uma sala no Parque da Água Branca. E, aliás, justificadamente, porque tem um monte de Associações lá, a minha foi mais uma. E logo depois o Walter saiu de secretário e entrou o Félix Domingues, e a gente fez a proposta dele de fazer uma feira orgânica. Essa ideia foi dele, ele falou: - “Não, vamos fazer uma feira aqui”. Isso uma vez, em um discurso que ele fez. Eu peguei aquela dica, o gancho, e fui falar com ele, e ganhamos um galpão no Parque da Água Branca – que

está lá até hoje – que abriga a feira de produtos orgânicos. E começamos a procurar produtores. Mas tinha uns pequenos produtores já que faziam agricultura orgânica, até... Bom, isso depois de um trabalho de 10 anos do grupo de agricultura alternativa, que também ajudou. Tinham alguns que eram de origem de classe média, mas tinha alguns que eram gente bem simples mesmo. Que aliás, hoje, a grande maioria dos produtores de orgânicos dessa feira são produtores rurais autênticos mesmo, pequenos. O que você disse que era muito gente de classe média, era o pessoal que criou o grupo de agricultura alternativa, que criou a Associação de Agricultura Orgânica, aí sim, eles eram agrônomos, e às vezes, professores universitários, a Primavesi, depois veio a Ondalva, então, essa classe média mais intelectualizada puxava o movimento, mas já tinha agricultores orgânicos pequenos, como tem até hoje. Esse programa do Globo Rural sobre a vida da Primavesi, parte dele foi gravado no sítio do João Evangelista, que foi um dos primeiros que teve banca lá, já faz mais de 20 anos. Continua orgânico, ganha dinheiro com isso, está com um carrinho novo, acabou de fazer uma bela casa. Mas é gente assim, trabalha ele, a mulher, filho não sei se trabalha lá, mas, enfim, gente bem rústica.

M. G. – E quando é que a agricultura orgânica começa a atrair atenção dos grandes produtores? Porque hoje a gente tem plantador de cana plantando cana orgânica...

J. S. – Na década de 1990. A década de 70 foi uma década de estruturação do movimento, aí muito puxado por classe média. A década de 80 foi uma década que começou uma produção maior, certa demanda interna e demanda externa. A Europa, já faz muito tempo, que produz e consome produtos orgânicos. E começou uma demanda por produtos orgânicos brasileiros para ir para a Europa. Isso na década de 80. Aí foi que foi criado o Instituto Biodinâmico, o IBD, que, depois de certo tempo, passou a ser apenas um certificador dos produtos orgânicos.

M. G. – O senhor participou da criação do IBD?

J. S. – Não.

M. G. – Não?

J. S. – Não. Quem criou o IBD foi o Alexandre Harkaly²². Que, aliás, é um nome excelente aqui na agricultura orgânica, esse é outro que eu recomendo falar também. Ele é um pioneiro, ele criou o Instituto de Biodinâmica, que hoje é uma empresa, e a dificuldade era que os produtos orgânicos brasileiros não tinham a chancela do exterior. Então, o IBD – eu estou lá já faz anos - passou a procurar a chancela, a acreditação, de governos e instituições da Europa. A primeira foi a IFOAM, a Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica, cuja sede é na Alemanha, que acreditou – o nome é esse mesmo – credenciou o IBD, e para isso ela faz auditorias periódicas, credenciou ou acreditou, que é o termo técnico.

M. G. – Fazer certificação?

J. S. – Fazer certificação e os produtos poderem entrar na Europa. Aí depois o governo norte-americano - também promulgou uma lei de orgânicos faz alguns anos - e o USDA²³ tem uma área de agricultura orgânica que também credenciou o IBD. Então, o produto certificado pelo IBD e inspecionado de acordo com as leis americanas, entrou lá o conselho do IBD como se fosse uma certificadora norte-americana, idem na Europa. No Japão, a gente tem um convênio com as certificadoras japonesas, que também fazem uma auditoria, e também os produtos do IBD entram lá. Por quê? Porque o Brasil não tinha ainda uma lei de agricultura orgânica. Em 2003, o Roberto Rodrigues que – contei toda essa história política, que éramos de outros grupos - o Roberto Rodrigues, como ministro da agricultura, foi o ministro que mais ajudou a agricultura orgânica, que mais abriu as portas para a agricultura orgânica. Ele criou uma câmara setorial de agricultura orgânica no Ministério da Agricultura. Ele até me indicou e no fim fui eleito pelos companheiros, fui o primeiro presidente dessa comissão, dessa câmara setorial. Eu fiquei cinco anos como presidente, depois de cinco anos eu falei: - “Olha, era para trabalhar dois anos, eu já estou há cinco, então é hora de mudar” [risos]. Então, o Roberto Rodrigues deu um apoio muito grande, e também deu apoio muito grande para a promulgação da lei de orgânicos. Então a lei foi promulgada em 2003, em 2004 foi instalada a câmara setorial, e o Roberto Rodrigues criou uma área no Ministério de Agricultura de agricultura ecológica, de agroecologia, aliás, é o nome. Coordenação de Agroecologia, COAGRO, e

²²Alexandre Harkaly é engenheiro agrônomo formado pela ESALQ. É diretor executivo do IBD Certificações e um dos fundadores da empresa (1993).

²³ United States Department of Agriculture (USDA).

ele deu toda a força para a regulamentação dessa lei, porque é uma lei extensa e complexa. Ela é regulamentada por uma série de instruções normativas, e as principais não, todas foram montadas na câmara setorial de agricultura orgânica, com todo o apoio do Roberto Rodrigues. O mundo dá muita volta, não é? Hoje eu acho que a gente tem uma mesma visão política e ideológica das coisas, como muitos outros que militavam em campos diferentes. Nem digo opostos, porque a categoria agrônoma sempre foi muito corporativista. Então, a gente sempre teve um diálogo civilizado, uma conversa. As diferenças eram mais no plano ideológico, não pessoal. Mas hoje existe uma convergência. A agricultura orgânica – olha que coisa interessante - é muito agradecida ao ministro que também diz claramente que não é contra os transgênicos, pelo contrário, ele é a favor de transgênicos que possam aumentar a produção, o nível de proteína dos alimentos, etc, e a agricultura orgânica proíbe, por enquanto, os transgênicos. Mesmo assim, ele foi a pessoa que mais ajudou a agricultura orgânica nesses últimos governos. Ou em todos os governos, porque antes, também, não existia isso.

M. G. – A que o senhor atribui esse movimento do doutor Roberto no sentido de regulamentar, de criar essa câmara? Esse interesse pela agricultura orgânica...

J. S. – O Roberto Rodrigues é uma pessoa, eu acho, muito democrática e liberal. Ele dizia assim: - “Eu sou ministro da agricultura, eu não sou ministro da agricultura orgânica, nem ministro da agricultura...”

M. G. – Tradicional?

J. S. – Convencional, tradicional. Eu sou ministro de todo mundo, ele falou assim. Então cada um tem que ter o seu espaço. E ele, durante o mandato todo, sempre nos recebeu, aliás, ele nos chamava para reuniões. Eu tive reuniões com ele em Nuremberg, que tem todo ano uma feira de agricultura orgânica, uma grande feira mundial, e ele estava lá. Eu lembro que, uma manhã, fui tomar café da manhã com ele, no hotel que ele estava, porque havia, como eu era presidente da câmara, certos entraves de outros ministérios, então eu coloquei claramente a situação para ele, e ele ajudou muito nisso também. Ele interferiu, conversou com o ministro - acho que era do interior, ou desenvolvimento, ou coisa parecida. Então, você está falando desse movimento. Não foi nem um movimento. Ele viu que a agricultura orgânica começou a ter espaço e ter uma proposta técnica, e ele

falou: - “Eu sou ministro de todo mundo, então vamos dar espaço para esse povo aqui também”. Foi uma atitude muito democrática dele. Ele continua com as opiniões dele, técnicas, embasadas inclusive, a respeito de produtos químicos e transgênicos, e a gente respeita muito essa posição, porque, inclusive, no movimento de agricultura orgânica, há pessoas, também, que dizem, e com razão, a gente não pode fazer plantio direto porque não pode usar herbicida. O herbicida é um agrotóxico. Só que plantio direto ajuda muito o solo, protege muito o solo. Como é que a gente vai fazer? Então o movimento orgânico está procurando um dessecante ou um herbicida orgânico que seja à base de outras coisas que não sejam derivados de petróleo. Já tem algumas experiências sendo feitas no mercado, inclusive na Alemanha, de uma universidade alemã de Kassel, se não me engano, Kassel, está vindo aí um grupo de pesquisadores para o Brasil tentar, junto com o ITAL²⁴, e outros institutos aí, criar um dessecante orgânico. Porque aí, a agricultura orgânica vai se juntar a uma prática da agricultura convencional, digamos, que é o plantio direto. Isso é muito bom. A agricultura orgânica ainda não aceita os transgênicos por quê? Porque a gente acha que é uma coisa que ainda não está dominada, há riscos, inclusive, no equilíbrio biológico das áreas rurais, então a nossa posição: vamos continuar fazendo experiência, mas não abrir tudo. E hoje está realmente muito aberto, e o transgênico está ganhando muito espaço. Mas a gente acha que é uma questão que tem que ser estudada ainda. Não é que a gente fale: - “Não, isso aqui é coisa do demônio, não vamos fazer!”. Não é isso. Então, enfim, acho que esses conhecimentos de posições vão convergindo, e o que interessa, na realidade, é que a gente tenha um mundo, um planeta Terra, limpo, e que os nossos netos e bisnetos possam viver aqui sem muito câncer e aquecimentos.

M. G. – O senhor viajou bastante para ver como é que era a agricultura orgânica em outros países?

J. S. – Olha, muito mais pelo Brasil do que pelo exterior, mas estive na Europa vendo algumas coisas...

M. G. – Na Europa o senhor foi aonde? França...?

²⁴ Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), órgão da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios e vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

J. S. – França, Suíça, Alemanha. Isso aí foi muito pouco, minha base é Brasil mesmo, aí sim acho que de norte a sul - eu ando ainda hoje, vendo as realidades locais, e procurando colaborar e contribuir. Minha base é bem Brasil e trópico mesmo. Se fosse fazer agricultura orgânica na Europa, não daria certo [risos].

M. G. – A questão da certificação? A certificação com a qual o senhor lida é só de produtos orgânicos, ou certificação de produtos agrícolas em geral? Porque é isso, na medida em que a agricultura, ela se internacionaliza cada vez mais, cada vez mais se cobra o controle da qualidade do que se produz aqui, da origem, não é?

J. S. – Olha, o IBD certificações é hoje, 2012, a maior certificadora brasileira de produtos orgânicos, é a mais antiga. Ela deve ter quase metade do mercado de orgânicos no Brasil. Então, o foco dela são produtos orgânicos, agora a qualidade, ela tem que haver. Primeiro por uma questão de mercado. Se não tiver qualidade, o produto pode ser maravilhoso por dentro, mas se não for por fora também, não adianta. Então a qualidade, a questão da ausência de contaminantes biológicos ou químicos, isso tudo faz parte da lei da agricultura orgânica. O produto orgânico é certificado não só porque não usa adubo químico e não usa agrotóxico, é muito mais que isso. É todo um cuidado com o solo, você não pode ter um solo erodido na propriedade orgânica, que ela perde a certificação. Uma vez, por exemplo, uma usina do Nordeste pediu uma certificação orgânica para o IBD – a cana deles era toda orgânica – mas a gente foi ver a casa dos trabalhadores, não tinha banheiro. Era um banheiro comum em más condições e fora das casas. A gente falou: - “Nós não vamos certificar porque o orgânico não é isso. Orgânico é uma questão também social, de bem-estar também do empregado, do trabalhador. Então não usa nada químico? Ótimo, mas está faltando essa parte”. Essa usina não foi certificada. Então, a certificação orgânica, ela é muito ampla. As instituições normativas falam inclusive dos produtos de limpeza que você tem que ter para limpar as instalações. Os produtos processados, eles têm alguns produtos que são permitidos para limpar as máquinas, e outros não. Tudo isso faz parte do orgânico. O IBD certifica também por uma norma interna dele, IBD, que chama ecossocial. O orgânico, também foca na questão ecológica e na questão social, mas nós temos outro protocolo, que aí é mais ecológico e mais social ainda do que a lei de orgânicos exige. Como é que funciona isso? A empresa forma uma comissão interna, e o IBD participa de reuniões dessa comissão, e eles tentam fazer primeiro um diagnóstico... tentam não, eles têm que fazer um diagnóstico dizendo o seguinte: o que

falta aqui para melhorar na área social e na área ambiental, na área ecológica? Vamos dar um exemplo bem simples, até meio bobo, mas vamos dizer: os empregados da empresa, 30% são analfabetos. Gente que mexe com a enxada - são analfabetos. O que pode melhorar aí? Bom, vamos fazer um programa aqui para ter aulas à noite, ter aulas nos fins de semana, etc., até obrigatório, e vamos diminuir os 30% para 20% no próximo ano, 15% no outro. São metas. E outras também na área social. Vamos dizer que essa empresa tenha uma produção que joga os dejetos no rio – aí eu estou dando um exemplo bem extremo, mas só para ilustrar como é que funciona. Então, aquela comissão que fez o diagnóstico, falou assim: - “Olha, isso aqui não está bom”. – “Tá bom, então qual é o plano? Vamos fazer fossas sépticas, vamos fazer áreas de decantação, de filtragem, etc. As medidas do primeiro ano vão ser essas, as do segundo vão ser essas, do terceiro... Até limpar todo aquele problema”. Aí, ela vai cumprindo as metas têm inspeções regulares e periódicas, inclusive inspeções surpresa por parte do IBD, e eles, seguindo as metas e conquistando aqueles objetivos, recebem um selo que é o chamado selo ecossocial. O IBD certifica, hoje, com selo ecossocial produtores na China continental, na Índia, e na Tailândia, produtores de arroz e de soja. Veja como o mundo está globalizado, não é?

M. G. – Esses são orgânicos também?

J. S. – Eles também são orgânicos porque está assim: para ter o selo ecossocial, a primeira condição é ser orgânico. Aí depois ele vai focar mais no ecológico e no social. Então, produtores na China – na China é meio difícil falar do social, porque lá a coisa é meio rígida – mas está indo e está indo bem. China, Índia e Tailândia. Soja e arroz. Aqui no Brasil também temos, se não me engano a Native tem o selo ecossocial, e outras instituições. Então esses são os dois principais selos do IBD. O IBD também está começando a entrar na certificação que garante o não transgênico, mas isso está muito no começo. Basicamente essas duas são as principais, em volume de certificações do IBD.

M. G. – Nas entrevistas que a gente fez, algumas pessoas diziam o seguinte: que tudo bem, agricultura orgânica é uma coisa boa, mas é muito caro para começar, o que significa dizer que é um produto de difícil acesso às classes de mais baixa renda, e que, se toda a agricultura, enfim, se nós quiséssemos fornecer tudo que é necessário de alimentação para a população com agricultura orgânica, a gente precisaria de mais uns três planetas, mais ou menos, para conseguir fazer isso. O que o senhor acha?

J. S. – Bom, vamos à primeira questão que é o preço. O preço é alto, eu acho que tem que baixar esse preço, por uma questão até de sobrevivência de mercado. Alguns produtos o preço tem que ser mais alto mesmo. Por quê? Então eu vou dar um exemplo simples também: pecuária orgânica. Uma vaca leiteira criada no sistema orgânico, vai dar 10, 12 litros por dia de leite. Enfim, a média vai ficar ali em torno de 10, 12. As leiteiras em uma produção convencional se tiver menos que 30 litros por dia, é descartada. Tem vaca aí de 35, de 40. Têm concursos aí que a vaca dá 50 litros, 60 litros. Bom, agricultura orgânica não quer isso. Por quê? Ela tem que ser uma vaca criada predominantemente a pasto. Ela não pode ser confinada, a agricultura orgânica, não permite o confinamento. Não. Por quê? Por uma questão até de bem-estar do animal. Vaca, como todos os animais que pastam, sempre foram criados livres na natureza, então não tem sentido você prender um animal pelo resto da vida, condenar. Ela tem que pastar e tomar sol. A ração que ela recebe, ela tem um limite, - inclusive estabelecido em instituição normativa – que ela pode comer de ração. O resto tem que ser pasto e capineira. Ela não pode ser tratada com remédios alopatícos. Ela não pode receber esses *ivomec* da vida, coisas desse tipo, que no fim acabam trazendo resíduos para o leite. Então ele tem que ser tratado com chá de alho, Nim – aquela árvore indiana que produz extratos inseticidas – enfim, ela tem que ser tratada com coisas que a natureza dá. Tem exceções na lei, por exemplo, ela pode uma vez por ano ser tratada com algum remédio alopatíco, mas se repetir isso ela tem que ser retirada do rebanho orgânico, porque ela é um animal que não serve, individualmente, para ser orgânico. Bom, então, não queremos uma vaca de 30 litros porque é uma coisa, no nosso ver, artificial, e cheio de remédio, e de outras coisas que às vezes não sabe direito o que é. Queremos que a vaca orgânica produza, realmente, 10, 12 litros por dia. Bom, esse leite... Você pega uma vaca de 30 litros e uma vaca de 10 litros, o preço unitário do leite de 30 litros vai ser muito menor, é lógico, produz muito mais. Você pode ter uma margem menor e ganha na escala. Nós não temos essa escala na agricultura orgânica, e nem queremos ter. E assim outros produtos também, eu estou dando um exemplo para ilustrar. Agricultura orgânica você não pode ter um solo que você ara morro abaixo, por exemplo, vai causar erosão e vai causar assoreamento do rio. O plantio tem que ser todo em nível. Tudo bem que o produtor convencional também faz isso, mas na agricultura orgânica é obrigatório isso. Você arar e gradear uma terra em nível é mais caro do que você arar e gradear morro abaixo. Simplesmente porque morro abaixo, o cara bota lá no “ponto-morto”, tem uns malucos...

M. G. – E vai descendo, não é?

J. S. – E a gravidade leva o trator e vai arando. Ele gasta muito menos combustível e ara mais depressa. Então, o preço da hora é menor e o combustível é menor também. Você obrigando a fazer em nível, é uma operação mais cara, só que você não vai ter um gasto depois - que vai ser todo repartido entre a sociedade – de desassorear um rio, você não vai ter um gasto que é um gasto de morte de peixe, você não vai ter o gasto da erosão. Então no preço, a gente tem que considerar tudo isso. A agricultura orgânica é uma operação muitas vezes mais cara, usa mais mão de obra – você não pode usar herbicida, por exemplo, você tem que usar capina, que é mais cara, é mais difícil. Hoje você tratar com empregado é mais difícil, mas você não usa o herbicida. Então, é uma operação mais cara. Isso tudo encarece o produto orgânico, mas na outra ponta, você não tem o assoreamento do rio, da estrada, você não tem a erosão da área, às vezes erosão até em sulcos, as voçorocas, que isso é um custo social. Então aquilo está embutido no preço. Você paga um pouco mais, mas vai ter que usar menos remédios depois, inclusive remédios para a saúde, a gente acha, porque você não tem resíduos. A Anvisa²⁵ está mostrando hoje resíduos de agrotóxicos em alface. Alface veja que coisa! Então isso, no longo prazo, e espalhado por uma população no país inteiro deve ter consequências que vão custar internação, que vão custar até morte, até câncer. Então, isso tudo faz o preço do produto orgânico ser maior. Esse é um grupo de coisas. Outro grupo: nós temos pouca pesquisa em agricultura orgânica, é muito pouca. Por quê? Não tem quem financie. Hoje as pesquisas, mesmo no Estado são, em grande parte, financiados pelo por empresas particulares. A agricultura orgânica tem pouca gente que possa financiar pesquisa. O que acontece? A produtividade, o desenvolvimento das culturas sem pesquisa sofre. Quem faz pesquisa é o próprio produtor. Essa variedade aqui é melhor do que essa, mas é uma coisa muito empírica. Então a falta de pesquisa - eu bato nessa tecla há muitos anos – é uma ameaça enorme para a agricultura orgânica. Porque continua produzindo menos... Aí não aquele menos do exemplo da vaca leiteira, que eu falei, mas é um menos que daria para aumentar sem consequências, mas não tem pesquisa. Então isso também faz o preço ser maior. A outra questão: é um mercado pequeno, o desconhecimento do consumidor é muito grande, ele não sabe... Olha, mas tem pessoas que, assim, de nível, que chegam

²⁵ Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

para mim e falam: - “Como é que eu sei se um produto que eu vou comprar no supermercado é orgânico?”. Eu falo: - “Mas escuta, é uma coisa tão simples! Todo produto orgânico hoje vendido no supermercado tem que ter o selo do Ministério da Agricultura, que é o selo do orgânico, e o selo da certificadora. Quer dizer, não é um selo só, são dois selos. Pelo amor de Deus, olha se tem o selo! Se tiver o selo...”. E hoje é obrigatório por lei ter o selo orgânico do Ministério, em todo produto orgânico – o da certificadora é facultativo -, mas o selo do Ministério só é dado se for certificado. Eu falei: - “Olha na embalagem, você sabe ler!”. Sabe, ninguém pensa nisso. Não tem uma campanha de esclarecimento ao consumidor. Em 2006 ou 2008, o governo alemão fez uma grande campanha, parece que de 30 milhões de marcos - ou 300 milhões de marcos, não me lembro a quantia exata, mas foi muito dinheiro – o governo fez uma campanha mostrando o que era o produto orgânico. Resultado: Alemanha é a maior consumidora mundial de produtos orgânicos *per capita*. O agregado, nos Estados Unidos, deve ser maior, mas a Alemanha, *per capita*, é a maior consumidora mundial de orgânicos. E teve uma grande elevação depois daquela campanha de divulgação. Aqui nós não temos nada. Pessoas esclarecidas, de nível universitário, às vezes me fazem umas perguntas que eu fico desanimado. “Puxa vida, como é que não sabe isso?!”. Na hora que o consumidor tiver bastante acesso - por exemplo, às análises da Anvisa que estão mostrando aí resíduos de agrotóxicos – na hora que ele tiver em uma linguagem simples, acessível, o que esses produtos podem fazer para a saúde dele? Podem não fazer nada, mas podem fazer também. Quando ele souber que a agricultura orgânica está protegendo os rios, os peixes, as estradas, o solo. Quando ele souber que a agricultura orgânica está olhando para as condições do empregado, da mão de obra rural, na hora que tiver uma divulgação maior disso, eu acho que aumentaria a demanda. Aumenta a demanda, aumenta a escala, e diminui o preço. Então esse é um dos motivos também, a demanda é pequena ainda. Está crescendo, os jornais falam que é 20% ao ano, o que é uma bobagem, porque se fosse assim, a cada cinco anos dobrava, não chega a ser 20% ao ano, mas ela está crescendo, está aumentando aos poucos, gradativamente, mas está. Mas é pequena ainda. Então isso faz o preço ser maior também. Para mim, esses três grupos de coisas: um, é uma operação mais cara mesmo, e a gente quer que continue sendo mais cara para não dar despesa na outra ponta; a outra é a falta de pesquisa, e a outra é a pequena demanda por pouca divulgação. Aí fecha um ciclo vicioso, também por causa do preço. A minha mulher, uma vez chegou ao supermercado para comprar café, e o café orgânico está muito caro, ela compra o café normal. Ela fala: - “Eu não tenho coragem de pagar três, quatro vezes mais

por um café”. Eu falei: - “É, realmente, você tem razão”. Então isso tudo são dificuldades e ameaças e fraquezas que a agricultura orgânica ainda tem. É um mercado ainda novo e imaturo. As cadeias de distribuição são também pequenas e precárias... Então tudo isso concorre para um maior preço e para uma menor demanda. É um ciclo vicioso que tem que quebrar em algum ponto, e que a gente não está conseguindo quebrar.

M. G. – E essa ideia de que a agricultura orgânica...

[INTERRUPÇÃO]

[FINAL DO ARQUIVO pho_2026_jose_pedro_santiago_2012-08-30_02]

M. G. – Senhor Santiago, o senhor estava falando sobre a questão do preço da informação, mas tinha aquele outro elemento que talvez os críticos da agricultura orgânica utilizem, de que não haveria como suprir todas as necessidades de alimentação, de fibras, enfim, da população só com a agricultura orgânica, por conta da extensão de terras que é necessário. Foi uma afirmação que um dos nossos entrevistados fez, que precisaria de uns dois ou três planetas para conseguir dar conta, com a agricultura orgânica, das necessidades.

J. S. – Não, eu não vejo isso. Por exemplo: toda a parte de hortaliças. O espaço que uma horta orgânica ocupa, com uma boa produtividade, porque hoje já se sabe bem fazer hortaliça orgânica, apesar da falta de pesquisa, mas toda experiência acumulada hoje permite a produção de hortaliças orgânicas com facilidade, para quem conhece, então o espaço dessa horta orgânica é o mesmo espaço de uma horta convencional. Não tem diferença de espaço. Outras produções...

M. G. – Carne, por exemplo?

J. S. – Carne, por exemplo. A carne orgânica é produzida principalmente na região do pantanal. É a mesma coisa, precisa exatamente do mesmo espaço... Bom, isso eu estou dizendo de boi criado a pasto. Não é confinado, porque nem pode na agricultura orgânica. Aí realmente a área seria muito pequena. Mas a área das fazendas orgânicas, eram de fazendas que antes eram convencionais e hoje são orgânicas. Então o espaço é o mesmo.

Essa história de que precisaria de uma área muito maior, eu não vejo isso como verdade, não vejo mesmo. Mas aí é uma questão mais ampla. Faço parte de um conselho superior de meio ambiente da Fiesp, e eu assisti uma palestra de uma pessoa do governo federal, de Brasília, é uma área de inteligência ligada diretamente à presidência da República, não me lembro como se chama exatamente essa área, um cara muito bom. E ele disse o seguinte: as áreas de pecuária no Brasil... Se você melhorar índices zootécnicos, que no Brasil são baixos... O índice de nascimento, o índice reprodutivo, a hora que o animal vai para o corte, quer dizer, você abreviar o tempo... Uma série de índices zootécnicos que são facilmente alcançáveis na agricultura orgânica, a área de pecuária vai precisar ser muito menor. Isso já é um estudo que tem na presidência da República, já estão prevendo isso, e essas áreas seriam ocupadas, então, por produção vegetal. Tem toda uma questão que, também a agricultura convencional, ocupa uma área às vezes exagerada. Agora, eu penso uma coisa - não consegui ainda estudar isso muito a fundo, e ainda não consegui fontes e elementos para isso. Mas eu tenho aqui, para mim - é uma opinião bem pessoal - de que a agricultura orgânica não é apenas um modo de produção, mas é um estilo de vida. Eu acho que se a gente quiser um estilo de vida do jeito que boa parte da humanidade, pelo menos a parte mais rica da humanidade, um estilo de vida, vamos abreviar e simplificar dizendo assim, excessivamente consumista, eu acho que em um mundo desse a agricultura orgânica tem dificuldades. A outra é mais empresarial, mais produtiva, mais rápida, embora, achamos nós, que os danos também são maiores. Até na questão de aquecimento global, a agricultura orgânica proíbe queimada, por exemplo, de pasto. A agricultura convencional queima, se quiser queima. Aliás, a agricultura orgânica, quando vai certificar uma propriedade, ela vê se tem mata ciliar. Se não tiver, ou o cara tem plano que comece a executar, ou ele não vai ter aquela certificação, e a gente sabe que a árvore é um grande captador do carbono, que ela incorpora nas fibras, que aquece o mundo. Eu acho que a agricultura orgânica é uma coisa que ultrapassa a questão de métodos de produção. Não é só falar: “Ah, não usa agrotóxicos, não usa produto químico”, não é só isso. É todo um estilo de vida. Eu acho – bom, isso aí é “achismo”, é questão ideológica. Que é ideológica com certeza é. Parece-me que a humanidade tem que simplificar um pouco o seu sistema de vida. Isso é uma coisa muito difícil. - “Está bom, vamos andar mais a pé e mais de bicicleta...”. Aqui você morre se andar de bicicleta em São Paulo todo dia, uma hora você vai morrer, porque o motorista não tem educação. Enfim, eu acho que, junto com a agricultura orgânica, deveria haver uma série de passos da humanidade em direção a uma vida mais ecológica. Isso eu acho que não é poesia, eu

acho que isso é uma questão de ameaça mesmo para o planeta Terra. Aí não sou eu que estou dizendo, tem milhares de cientistas no mundo que estão dizendo: - “Olha, esse negócio vai dar 'zebra!’” Veneza, de repente, pode ser que seja destruída, porque o nível do mar vai aumentar. Quem quer uma coisa dessas? O que eu estou falando eu sei, eu tenho consciência, que é muito generalista o que eu estou falando, eu teria que me aprofundar nessa questão, enfim, uma coisa que eu procuro, mas também a minha vida profissional não me deixa muito tempo para procurar essas coisas, mas a agricultura orgânica em um mundo completamente materialista e consumista é difícil. A agricultura orgânica é uma agricultura mais adaptada e mais adequada a pequenas e médias propriedades, embora tenha lá o grande exemplo na Native, do nosso colega agrônomo...

M. G. – Balbo?

J. S. – O Leontino Balbo, que é um cara excelente, aliás, mas isso aí são exemplos poucos ainda. A agricultura orgânica é realmente muito adequada para a agricultura familiar. E aí é uma questão de estrutura agrária também. Entra em um cipoal, porque aí você tem desde posições como o MST²⁶, que não são as minhas, mas há posições também aí de gente que fala: - “Não, vamos concentrar mesmo, botar essa gente toda para a cidade, porque não tem outro caminho, o caminho é assim mesmo...”. Então você vê: o Brasil hoje tem mais de 80% da população, se não me engano, nas cidades.

M. G. – Mais de 80.

J. S. – Mais de 80. É muito difícil também você reverter essa situação, porque o campo não dá condições aos jovens de encontrarem trabalho, enfim, é toda uma problemática, mas são questões que temos de enfrentar, por que... Eu não sei, eu conheço pouca gente que esteja dizendo assim: - “Puxa olha como o mundo está melhorando, a temperatura, a poluição, as doenças, a violência...”. Tudo isso está piorando, não está melhorando, então vamos achar alguma coisa que faça melhorar. E a gente acha que a agricultura orgânica é uma delas, mas não é a única coisa. Isso é uma questão, também, que envolve a questão social e política. Eu não vejo a agricultura orgânica como uma coisa estanque, separada, e acho que é uma posição muito realista. Eu vejo as fraquezas da agricultura orgânica

²⁶ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

competindo em um mundo desses. Aí você fala: - “Então você quer mudar o resto do mundo?” - “É, eu quero sim” [risos].

M. G. – Senhor Santiago, deixa-me fazer uma pergunta um pouco nessa sua linha de raciocínio. Eu estou entendendo o que o senhor está falando até como um projeto também de futuro...

J. S. – Sim. É verdade.

M. G. – Não é algo que já exista nesse momento. Porque, por um lado, também tem uma certa contradição da gente pensar em uma vida da agricultura orgânica associada a um estilo de vida que não seja tão consumista, enfim, esbanjador de recursos naturais e de recursos financeiros também, mas, ao mesmo tempo, tem isso: é uma agricultura cujos produtos são acessíveis às pessoas que são aquelas que consomem mais, que são as pessoas de maior nível de renda, é uma agricultura cuja distribuição contempla, por serem produtos caros, os supermercados frequentados por pessoas de renda mais alta, em regiões das cidades de mais alta renda... Não teria que haver uma contrapartida também no sentido da tentativa de uma redução desses preços, enfim, de alguma forma? Porque acaba sendo assim: a população de mais baixa renda, que também é a que tem menos informação, mas que, também, por não ter dinheiro suficiente, acaba consumindo transgênico [riso], acaba consumindo produtos que não são tão bons para a saúde dela...

J. S. – É verdade. Você tem razão, isso é uma contradição, é um paradoxo dentro da agricultura orgânica, que me parece que poderia ser diminuída - essa contradição - e até um dia ficar inexistente, se houver uma política de – aí vou repetir – de pesquisa, de informação para a sociedade, de melhores cadeias de distribuição. Enfim, são aqueles fatores que eu falei. E acho que a gente tem que trabalhar muito duro nisso. É um trabalho também político. Mas você tem razão, é uma contradição. As pessoas que mais consomem, consomem produto orgânico porque podem consumir. Agora, eu acho que eu sou um otimista eterno [riso], e eu vejo exemplos – tudo bem, não é nada assim massivo, estatístico - mas eu vejo exemplos de pessoas – pessoas até próximas de mim – que usam bicicleta porque acham que não devem poluir, e consome orgânico também, quer dizer, estão fazendo as duas coisas. Essa pessoa é uma pessoa que tem sítio ali no interior, e já plantou não sei quantas mil árvores também, porque ela credita que árvore capta o

carbono, liberta o oxigênio. Então, eu acho que já começou a existir essa consciência no mundo. Eu uso o automóvel o mínimo que posso, hoje vim de metrô aqui. Mas são coisas individuais, que espero um dia, a humanidade esteja mais consciente de que ela tem que fazer isso, porque senão a ameaça que vem aí é séria e real. Eu não sou catastrofista também. Eu acho que vai ter muita coisa boa no mundo, até melhorando hoje, mas que perigo que traz esse aquecimento global e o exaurimento de recursos naturais, é uma coisa que tem que ser enfrentada, porque se não enfrentar agora, a gente vai enfrentar com dor, na frente. Mas, voltando, eu concordo com você. É uma contradição e um paradoxo. Temos que tirar essa fraqueza da agricultura orgânica.

M. G. – Sobre a questão da certificação: qual é o grau de garantia que vocês têm de que esses produtores que são certificados de fato não estão fugindo de alguma norma, alguma regra? Que não estão embutindo alguma coisa que não é, de fato, orgânico nessa produção? Enfim, tem um acompanhamento constante disso?

J. S. – Sim. O acompanhamento é constante. Primeiro, existe uma inspeção, uma primeira inspeção, e o produtor tem que informar oficialmente, por documentos, à certificadora, qual é a área que ele planta, quais são os talhões que ele planta, ele não pode mudar o nome do talhão: se o talhão é A1, vai continuar sendo A1, se o talhão chama talhão do Jequitibá, vai continuar sendo talhão do Jequitibá. Então ele vai dizer qual é a área que ele planta, qual é a espécie que ele planta, qual foi a semente que ele usou... Isso tudo lhe dá uma projeção de produção. Claro, ela pode ser um pouco maior porque choveu bem, pode ser um pouco menor porque deu seca... Isso tudo acompanhado por inspeções periódicas. O IBD tem dezenas de inspetores no Brasil inteiro, e a gente procura fazer eles percorrerem a menor distância possível, para economizar para o produtor. Então eles vão periodicamente às propriedades e conferem todos os dados. O produtor de café, onde é que está a sua produção de café? Bom, ele tinha tantos mil pés, o agrônomo sabe que aquilo ali deve ter dado uma produção entre tanto e tanto. Ele vai ver o armazém onde está armazenado isso, porque o armazém também tem que cumprir regras da lei brasileira, e aí ele tem como se fosse uma conta corrente. Se o sujeito produziu 20 toneladas de café, cada venda que ele faz como orgânico, ele tem que ter um certificado de transação, avaliado pela certificadora. Eu estou falando de todas as certificadoras, não só o IBD que faz isso. Hoje a lei exige isso. Então, ele tem 20 toneladas. Ele fala assim: - “Eu vou vender duas toneladas para o Japão”. Ah bom, quem é o importador, qual é o nome do

cara, e tal... E aí o japonês lá vai ter que exigir um certificado, escrito em inglês, no caso, de que aquelas duas toneladas são orgânicas. Aí no sistema do IBD, ele não tem mais 20, ele tem 18. Depois ele vende mais 10 toneladas ali para o Rio Grande do Sul, ou para o Rio de Janeiro, ou para onde for. Tá bom, então das 18 ele só tem oito. Foi tudo certificado, ele só tem oito. De repente ele quer vender 10 toneladas para não sei quem. Opa, mas você só tem oito! Ele é inspecionado periodicamente, e quando assina o contrato, ele tem uma cláusula que tem que aceitar inspeções surpresa. Isso está na lei brasileira também, mas o IBD já faz isso muito antes da lei. Ele tem que aceitar inspeção surpresa. Então, de repente, 10 horas da manhã, bate lá na porteira o inspetor do IBD, apresenta lá a credencial dele: - “Vim fazer aquela inspeção surpresa, que a gente faz com certa porcentagem dos produtores”. E ele é obrigado a abrir toda a área de produção, os armazéns, e os documentos. No escritório, as notas fiscais de compra. O cara fica, às vezes, duas, três horas – eu já fiz isso, fui inspetor também – vendo o que ele comprou, aonde, etc. Ele vai visitar todos os depósitos do armazém, para ver se não tem lá algum produto proibido. Bom, e o produtor e a certificadora também estão em constante contato, ele manda documentos, tem um novo plantio, ele avisa: “vou plantar aqui, e tal”. Isso tudo procura cercar essa operação da maior segurança possível. O IBD faz certa porcentagem dos clientes dele, recebem inspeção surpresa que ele não paga. Isso já está diluído no preço de todos os contratos do IBD. Então o IBD sabe: nós vamos fazer inspeção em 5%, 10% dos produtores, esse custo já está pago pelo universo dos produtores.

M. G. – É o próprio produtor que contrata o IBD?

J. S. – Tem que ter contrato.

M. G. – O produtor interessado em ter a certificação que contrata...

J. S. – Sim, que contrata. A primeira coisa - vamos fazer na ordem – ele quer ser um produtor orgânico. Então ele manda lá, o IBD tem um questionário: qual é a área de produção, área vegetal; para sementes; animal, processamento. Então, ele preenche todo um questionário: aonde é, quais são as distâncias, quantas unidades de produção são, qual é o tamanho dessa produção. Com base naquilo, o IBD faz um orçamento para ele. - “A sua certificação vai custar tanto nesse ano. Vai custar tanto essa taxa de certificação, e

inspeção, na posição que o senhor está, vai custar tanto, porque o IBD vai ter que pagar o inspetor, os inspetores são todos autônomos”. Aí discute preço, pode negociar preço também, isso é uma coisa comum, e aí assinou o contrato. Aí a área de agendamento de inspeções do IBD consulta os inspetores que estiverem mais perto, “olha quando você pode ir lá?”, e marca com o produtor, e ele vai lá e faz a primeira inspeção. Ele faz um relatório, e no fim do dia, ou no fim de dois, três dias, varia conforme o tamanho da propriedade, emite o relatório, e diz quais são as não conformidades que aquele produtor apresenta, se é que apresenta. Aqui está, por exemplo, sem barreira vegetal e tem vento. Então, tem que ter barreira vegetal. Ou, do outro lado da estrada, tem um produtor convencional, você tem que ter mais ainda barreira vegetal, tem que ter distância...

M. G. – Para não chegar inseticida, não é?

J. S. – Você não pode, por exemplo, você está aqui, do barranco para cima é produtor convencional, do barranco para baixo é orgânico. Não dá para fazer, porque vai correr produto químico. Ele fala as não conformidades. Aí aquele produtor escolhe. Ele já está pagando, então ele tem que resolver aquelas não conformidades. E na hora que ele resolve todas as não conformidades, o inspetor vai lá de novo, vê que ele resolveu todas, e fala: - “O senhor tem aqui um certificado orgânico”. Tem coisas intermediárias aí: o relatório do inspetor passa por uma comissão técnica dentro do IBD para não ser só a opinião do inspetor, mas enfim, ele consegue o certificado dele. E ele, periodicamente, vai ser inspecionado. Por exemplo, hortaliças, a cada seis meses é obrigatório... Produtos que tem alta rotatividade é obrigatório a cada seis meses. E as inspeções surpresas estão sempre ali. Ou quando você recebe uma denúncia: - “Ah, fulano de tal está jogando isso...”. Aí também se faz a inspeção surpresa, nas denúncias. Então a gente tem uma estatística, a gente sabe quanto vai gastar em inspeção surpresa e dilui o preço por todos os produtores. Isso tudo procura cercar da maior segurança possível a operação. Agora, como tudo na vida, pode haver fraudes. Uma vez ou outra a gente detecta, elimina a pessoa, agora o mundo orgânico, como ainda é pequeno, os produtores...

M. G. – Um controla o outro, não é?

J. S. – - “Olha, esse cara está fazendo coisa aí com custo mais barato e está me ferrando”. Então também tem isso. As comercializadoras de produtos orgânicos são todas de pessoas oriundas do movimento orgânico, e que também estão interessadas em manter esse

movimento rígido, porque senão vai perder mercado e eles vão ter que sair do mercado. Então, as comercializadoras que conhecem centenas e centenas de produtores, quando eles veem alguma coisa esquisita, eles avisam a certificadora: - “Olha, não precisa dizer que sou eu, porque esse cara é meu cliente, mas to achando meio esquisito alguma coisa aqui”. Isso acontece. Não é que o cara é “dedo-duro”, é que ele quer preservar o movimento honesto, tudo isso faz com que a gente tenha uma segurança muito grande. Agora, estamos no mundo, seres humanos, sujeitos a essas fraudes.

M. G. – E esse lado social também, que o senhor falou, isso também é verificado?

J. S. – Claro!

M. G. – Contrato, carteira de trabalho, banheiro para empregado...?

J. S. – A gente olha a coisa mais óbvia, mais evidente. Conversa-se muito com os empregados, a gente vê o grau de satisfação e insatisfação, detecta alguma coisa. Isso foi, inclusive, uma discussão quando foi elaborada a lei dos orgânicos e as instruções normativas. Uma certificadora não pode substituir o papel do Ministério do Trabalho, ou do Ministério da Saúde. Então, a gente vê uma coisa que é o básico. Se você vê, por exemplo, uma criança – estou exagerando aí - trabalhando ali na enxada, na propriedade, o inspetor na hora vai querer saber o que é aquilo. Mas não é que ele vai ver se o fundo de garantia...

M. G. – Está sendo pago, INSS...

J. S. – Isso aí não, isso é o Ministério do Trabalho que tem que ir atrás. As certificadoras não têm estrutura para isso. Então a gente vê, como eu falei lá, poxa, não tinha banheiro nas casas! Isso aí é só olhar. Ou não tem mata ciliar, é só olhar. A margem do rio está pelada. Então, essas coisas mais claras e mais...

M. G. – Evidentes.

J. S. – Evidentes, a certificadora vê e vai atrás. Na certificação ecossocial, que é o orgânico mais o intensivo ecossocial, aí é que se vai a fundo dessas questões.

M. G. – Aqui no Brasil tem tanta importância quanto tem em outros lugares, como a Europa, por exemplo, a certificação de origem? É que tem alguns produtos, por exemplo, na Europa, alimentares, que a certificação de origem é muito importante, e aquilo é o que agrega valor a determinados produtos...

J. S. – É verdade.

M. G. – A marca. Isso aqui no Brasil tem também?

J. S. – Na Suíça isso é muito visto, é muito observado. Existe um protocolo, na Suíça, que proíbe, inclusive, viagens extensas de produtos orgânicos, proíbe a importação de alguns, porque vem de avião, etc. Aqui no Brasil isso ainda não tem peso quase que nenhum.

M. G. – É porque, na Europa, determinados produtos são muito identificados com uma determinada região, então essa certificação de origem, também, acho que garante essa...

J. S. – Sim. É um olhar mais... É como o voto distrital, não é? [risos]

M. G. – É.

J. S. – É um olhar mais concentrado ali em determinada região.

M. G. – Determinada região...

J. S. – Isso, aqui no Brasil... O consumidor que, a grande maioria nem sabe direito o que é produto orgânico, quanto mais essa questão de origem aí, ainda temos muito a caminhar nessa área.

M. G. – Só a sua mãe que precisa do dendê e do camarão seco com certificado de origem baiana [risos].

J. S. – É. Ela manda os parentes dela mandarem para cá [risos]. Muito boa essa.

M. G. – O senhor se casou em que ano, Santiago?

J. S. – Qual dos casamentos? [risos]

M. G. – Ah, o senhor tem mais de um?

J. S. – A agricultura orgânica prevê a diversidade, a biodiversidade, não é?! [risos]

M. G. – A diversidade. [risos]

J. S. – É brincadeira. Eu me casei em 1973.

M. G. – Com a sua primeira esposa?

J. S. – Quatro meses depois de formado. Isso aí acontecia ainda naquela época. Hoje, filho com 30 anos não quer sair de casa. Naquela época era fácil sair, porque era uma situação de pleno emprego. Então eu me casei em novembro de 73...

M. G. – Ela é engenheira também ou não, ela é agrônoma?

J. S. – Não, socióloga. E tivemos dois filhos. E sete anos depois, na crise dos sete anos, nos separamos. Aí eu fiquei mais sete anos...

M. G. – Freelancer?

J. S. – Freelancer, e bem free, e bem lancer [risos]. Eu tinha trinta e poucos anos de idade, estava trabalhando, casa própria, então tinha uma situação bem razoável, econômica, fiquei no freelancer. Nesses sete anos, eu tive um filho com uma mulher com quem eu não casei, mas reconheci desde o primeiro dia o filho, paguei tudo que tinha que pagar. Hoje ele tem 25 anos de idade, estuda administração de empresas, em Ribeirão Preto, é o João Vitor, e temos uma relação muito boa. E, ao cabo desses sete anos de casado mais sete anos de freelancer, eu casei com uma mulher, e temos um filho de 19 anos, que acabou de entrar em zootecnia...

M. G. – Aonde?

J. S. – Universidade Federal de Lavras. O negócio dele é cavalo. Eu falei: - “Escuta, você quer fazer alguma coisa, faça agronomia, depois se especializa em zootecnia, você vai ter um campo muito mais amplo”. – “Não, não quero. Eu quero é só isso”. – “Não, está bom, tudo bem”. Entrou agora. Aliás, nem começou ainda, por causa da greve, mas já está matriculado. Esse é o Mateus.

M. G. – E os outros dois?

J. S. – E os outros dois primeiros, que tem 34 e 33, respectivamente, o de 34, a Marina, formou-se em geografia, dá aulas, é professora...

M. G. – Na USP?

J. S. – Não, ela se formou pela Universidade Estadual em Presidente Prudente. E ela dá aula de geografia em escolas da secretaria de educação de São Paulo. E o segundo filho, o André, formou-se em arquitetura, e trabalha em um escritório de arquitetura, e ele é um artista também, gosta muito de design, então ele se orienta mais para essa área.

M. G. – O senhor podia falar um pouquinho, só para a gente concluir, já que o senhor destacou aqui no seu currículo, esse lado seu de atividade jornalística... Por que o senhor foi trabalhar nessa linha também...?

J. S. – Sim. Eu comecei a trabalhar na Ceagesp, fiquei lá sete, oito anos, depois fui para o gabinete da secretaria da agricultura, o gabinete do secretário. Depois me cansei do serviço público, e falei: - “Nesse negócio de serviço público eu vou me fossilizar”. Eu trabalhei um rápido período no Unibanco crédito rural, mas tinha que ir de terno e gravata para a Praça do Patriarca. “Não é essa vida que eu quero”. Trinta e poucos anos, tinha acabado de me separar, falei: - “Bom, já mudei aqui de estado civil, vou mudar o resto também”. E aí passei a trabalhar como autônomo, em agricultura orgânica. Fazendo projetos. Fiz vários projetos, implantei. E nessa época, a Editora Abril resolveu fazer um produto rural, uma revista. Uma revista rural chamada “Guia Rural Abril”. O diretor da Abril que chamou um jornalista da confiança dele para ser o editor, esse jornalista tinha contato com a gente na Associação de Engenheiros Agrônomos - por isso essa atividade

política toda, eu falei, isso me ajudou muito e mudou muito a minha vida profissional futura - ele me procurou e falou: - “Olha, Santiago, eu fui convidado para montar uma área rural na Editora Abril, mas eu só vou para lá se for com você”. Eu falei: - “Nossa, que honra!”. E aí fomos os dois conversar com o diretor da Abril, e começamos a montar, foi o “Guia Rural Abril”, que tinha revistas mensais, e cadernos grandes por área, por setor. Ele era um jornalista – e ainda é - muito voltado a questão ambiental, ecológica e tal, e eu a orgânica. Tenho a coleção toda até hoje. A gente chamava a Ana Maria Primavesi para fazer uma coluna, fizemos um especial de agricultura orgânica, que são publicações reconhecidamente de alta qualidade, de ótima qualidade, mas não sobreviveu economicamente, por motivos óbvios. Não tinha muito anunciante, porque eles ficavam meio assim com a linha editorial da publicação. Isso durou uns oito anos, e eu comecei como consultor agrônomo, depois me engajei quase que em tempo integral como editor, e depois eu virei editor chefe. Porque eu gosto muito de escrever, e acho que tenho facilidade, fiz cursos na Abril, com o pessoal da Universidade de Navarra que é o “*must*” de comunicação no mundo, enfim, essa foi minha atuação lá, ganhamos alguns prêmios naqueles encontros anuais que Victor Civita faz, ganhamos prêmios por certas publicações, mas economicamente não era grande coisa para a Abril, então resolveram terminar. E nesse tempo, quando eu comecei na Abril, eu fazia também um programa na TV Cultura, chamava *São Paulo Rural*. Então tinha o apresentador - ele é até um ator de teatro, ele fala bem - e eu fazia a parte técnica. Eu indicava as matérias e durante o programa, respondia consultas de cartas. Aí na Cultura era mais fácil, porque era um programa bem voltado para uma agricultura ecológica...

M. G. – Uma espécie de: pergunte ao José? [risos]

J. S. – Pois é. Mandavam as cartas, e as receitas, entre aspas, que eu dava, ou as orientações, eram todas para a área de agricultura orgânica. E eu deixei isso claro logo no começo da coisa. E esse programa era feito primeiro em convênio com a Editora Abril, e era um programa que a Abril pagava, eu ia na hora de trabalho da Abril. Depois a Abril resolveu sair, e eles continuaram por uns dois ou três anos fazendo – tinha dado certo o programa – fazendo por contra própria. Depois chegou um dia que acabou também, durou cinco anos, eu acho. Então essa foi a minha experiência na área jornalística. E hoje, no IBD, o contato com a imprensa sou eu que faço, as entrevistas, as perguntas. É uma por semana.

M. G. – Certo.

J. S. – Área jornalística é muito interessante e muito importante, porque é uma divulgação enorme.

M. G. – De certo modo o senhor continua a sua militância, só que agora em favor da agricultura orgânica, não é?

J. S. – Sim. Mas, enfim, durante todo esse tempo, a gente sempre procurava puxar a coisa para o lado orgânico e ecológico. Isso deu algumas brigas lá na redação da Editora Abril, porque tinham pessoas que não concordavam com isso, mas a gente ganhava todas. Mas é a tal questão, precisaria ter muito anunciante de peso, que não gostava muito daquela linha e então a receita era aquém da necessária para uma Editora Abril.

M. G. – Deixa eu fazer uma última pergunta agora para liberar o senhor [riso]. O senhor acha que a agricultura orgânica tem condição de ganhar mais espaço entre os grandes produtores também? O senhor falou que é uma coisa que é muito própria para o pequeno produtor, mas o senhor acha que ela, pensando o futuro da agricultura orgânica...?

J. S. – Eu penso que sim. Eu não vou dizer: - “Olha, isso aí é absolutamente certo”, não. Mas eu penso que há uma boa chance disso, já temos alguns grandes produtores, e, semana passada, eu tive a informação de que duas grandes empresas multinacionais estão se associando – eu preciso falar isso com cuidado, porque ainda não é para ser divulgado [risos] - mas estão se associando para entrar nessa área de orgânicos, e já procuraram o IBD para um trabalho de certificação. Eu me espantei, porque é realmente peso pesado. Então isso está em processo. A PepsiCo, eu estive lá faz uns dois anos, conversando com um vice-presidente que trabalhava na área de marketing, fiquei lá uma tarde inteira, tinha umas 12 pessoas, assessores e tal, para discutir essa coisa de orgânico, e eles resolveram fazer um produto, um achocolatado orgânico - que chegaram a fazer. Não sei por que interromperam, não soube o que aconteceu, se foi falta de insumos ou se foi falta de mercado, não sei realmente, mas essas grandes empresas estão de olho nisso também, porque o vento do mercado está soprando para esse lado, então eles percebem as tendências. Grandes empresas nos Estados Unidos, a própria PepsiCo, a Coca-Cola, etc.,

estão comprando pequenas indústrias de sucos, e alguns orgânicos – de suco natural – porque, também tem toda essa onda: “Ah, Coca-Cola, precisa consumir mais o natural...”, eles estão comprando, essas empresas. Existe nos Estados Unidos também uma grande rede de produtos orgânicos - que eu também não lembro o nome -, de sódio orgânico... Então essas coisas estão ganhando mercado. Agora, é devagar, é difícil, precisa muito trabalho, e precisa resolver esses gargalos - pelo menos aqui no Brasil -, esses gargalos que eu citei anteriormente. Então é assim: como tudo na vida, não há garantia. Pode ser que daqui 50 anos, ou 100 anos, isso esteja só nos livros de História, que você talvez seja o autor de um deles: “Naquela época, umas décadas aí, tinha uns caras que fizeram uma agricultura assim, assado...”. Como a gente fala da Mesopotâmia, grandiosa e tal, e que acabou tudo. Então eu não sei, o que eu sei é que eu luto para isso, porque eu acredito que esse planeta possa ficar melhor e mais respirável, com coisas mais ecológicas. Agora garantia não temos.

M. G. – Foi ótimo. Muito obrigado.

J. S. – Eu que agradeço.

[FINAL DO DEPOIMENTO]